



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE MOCIMBOA DA PRAIA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO



Edição 2014

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.



Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direcção Nacional de Administração Local

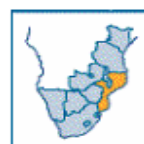
Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em <http://www.portaldogoverno.gov.mz>

Mocimboa da Praia

PÁGINAI



Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
1 Breve Caracterização do Distrito	1
1.1 Localização, Superfície e População	1
1.2 Clima, Relevo e Solos	1
1.3 Recursos Naturais	7
1.4 Infraestruturas	7
1.5 Economia e Serviços	9
1.6 História e cultura	13
1.7 Sociedade civil	16
2 Demografia	19
2.1 Estrutura etária e por sexo	19
2.2 Traço sociológico	20
2.3 Analfabetismo e Escolarização	21
3 Habitação e Condições de Vida	22
4 Organização Administrativa e Governação	26
4.1 Governo Distrital	26
4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais	29
4.2.1 Secretaria Distrital	29
4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas	30
4.2.2.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural	30
4.2.2.2 Indústria, Comércio e Turismo	33
4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia	33
4.2.3.1 Educação	33
4.2.3.2 Cultura	37
4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social	37
4.2.4.1 Saúde	38
4.2.4.2 Acção Social	39
4.2.4.3 Género	41
4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas	44
4.2.5.1 Ordenamento Territorial	44
4.2.5.2 Infraestruturas	44
4.3 Finanças Públicas e Investimento	45
4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública	46
4.5 Constrangimentos e Perspectivas	46
5 Actividade Económica	49
5.1 População economicamente activa	49
5.2 Pobreza e Segurança Alimentar	52



5.3	Infraestruturas de base	53
5.4	Uso e Cobertura da Terra	56
5.5	Sector Agrário	59
5.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	59
5.5.2	Pecuária	60
5.5.3	Recursos florestais	61
5.5.4	Fauna	63
5.6	Pesca	64
5.7	Animais marinhos	65
5.8	Indústria, Comércio e Serviços	66
6	Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local	68
6.1	Visão	68
6.2	Problemas e Potencialidades	68
6.3	Objectivos estratégicos	69
6.3.1	Área de desenvolvimento económico	70
6.3.2	Área sociocultural.	71
6.3.3	Governança	72
6.3.4	Área Municipal	74

Lista de quadros

Quadro 1.	População por posto administrativo, 1/7/2012	19
Quadro 2.	Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento	19
Quadro 3.	Agregados familiares, segundo a dimensão	20
Quadro 4.	Agregados familiares, segundo o tipo sociológico	20
Quadro 5.	Distribuição da população, segundo o estado civil	20
Quadro 6.	População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo	20
Quadro 7.	População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português	21
Quadro 8.	População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012	21
Quadro 9.	Habitações segundo o regime de propriedade	22
Quadro 10.	Tipo de habitações	22
Quadro 11.	Habitações segundo o material de construção	23
Quadro 12.	Habitações, água, saneamento e energia	25
Quadro 13.	Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis	25
Quadro 14.	População com 5 anos ou mais, e frequência escolar	34
Quadro 15.	População de 5 anos ou mais, por nível de ensino	34
Quadro 16.	Taxas de escolarização	35
Quadro 17.	Escolas, alunos e professores, 2011	36
Quadro 18.	População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído	36
Quadro 19.	Indicadores de cuidados de saúde, 2011	38
Quadro 20.	Quadro epidémico	39
Quadro 21.	HIV/SIDA	39
Quadro 22.	População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007	40
Quadro 23.	População deficiente, 2007	40
Quadro 24.	População portadora de deficiência, segundo a causa	40



Quadro 25.	Indicadores de Atendimento ao Idoso	41
Quadro 26.	Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)	42
Quadro 27.	Execução orçamental (em '000 MT)	45
Quadro 28.	População segundo a condição de actividade	49
Quadro 29.	População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007	50
Quadro 30.	População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007	51
Quadro 31.	Rede de estradas	53
Quadro 32.	Abastecimento de água	55
Quadro 33.	Acesso a energia eléctrica	55
Quadro 34.	Uso e Cobertura da Terra	56
Quadro 35.	Áreas lavradas e semeadas na 1ª época	60
Quadro 36.	Produção de Culturas do 2º Ciclo da Campanha 2010/2011	60
Quadro 37.	Efectivo pecuário	61

Lista de figuras

Figura 1.	População com 5 anos ou mais, por língua materna	21
Figura 2.	Tipo de habitações	23
Figura 3.	Habitações segundo o material de construção	24
Figura 4.	Habitações e condições básicas existentes	24
Figura 5.	População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado	34
Figura 6.	População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído	36
Figura 7.	Indicadores de escolarização por sexos	42
Figura 8.	População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo	43
Figura 9.	População segundo a posição no trabalho e sexo	43
Figura 10.	População com 15 anos ou mais, segundo a actividade	50
Figura 11.	População activa, segundo a ocupação principal	51
Figura 12.	População activa, segundo o ramo de actividade	52
Figura 13.	Explorações segundo a sua utilização	58
Figura 14.	Explorações por classes de área cultivada	58





Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 25 milhões de habitantes, Moçambique enfrenta exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efetivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Assim sendo, o Distrito é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Contribuir para avaliar o potencial distrital, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação da versão actualizada dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando para cada distrito, no período que medeia 2009 a 2012 – a avaliação possível do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos de que este produto apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efetivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de administração distrital ajustados às prioridades da região e ao quadro de desconcentração de competências de afectação de recursos públicos; e
- dotado de processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível local e central, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura e o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental. A todos os intervenientes e, em particular, aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução.

Ao PNUD e outros Doadores que, por via do Projecto de Descentralização e Desenvolvimento Local, apoiaram esta iniciativa, o nosso encarecido reconhecimento.

A finalizar, referir que estas publicações inserem-se no esforço continuado do Ministério da Administração Estatal através da sua Direcção Nacional de Administração Local, autora dos Perfis Distritais, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento em Moçambique.

Entusiasmos, pois, todas as contribuições e comentários que façam chegar directamente a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Junho de 2014.


Carmelita Namashulua

Ministra da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CDPRM	Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CGRN	Comité de gestão de recursos naturais
CISM	Centro de Investigação em Saúde da Malária
CL's	Conselhos Locais
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
COVs	Crianças Órfãs e Vulneráveis
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DTS	Doença de Transmissão Sexual
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
EN1	Estrada Nacional nº 1
EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau
EPC	Escola Primária Completa



ESG1	Ensino Secundário Geral do 1º ciclo
ESG2	Ensino Secundário Geral do 2º ciclo
ET	Ensino Técnico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GD	Governo Distrital
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
IFP	Instituto de Formação de Professores
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC's	Instituições de participação e consulta comunitária
ITS's	Infecções de Transmissão Sexual
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério da Administração Estatal
Mcel	Moçambique Celular
MF	Ministério das Finanças
MINAG	Ministério da Agricultura
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORAM	Organização de Ajuda Mútua
PA	Posto Administrativo
PARPA	Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRM	Polícia da República de Moçambique



PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água
SD	Secretaria Distrital
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
STV	Soico Televisão
TDM	Telecomunicações de Moçambique
VODACOM	Operadora de telefonia móvel





MOÇAMBIQUE

Provincia de Cabo Delgado

Mapa de Localização do Distrito de Mocimboa da Praia

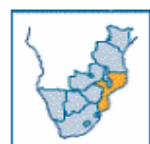


Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada - CENACARTA-1999

Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Mocimboa da Praia

PÁGINAx



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Mocimboa da Praia é um Distrito costeiro, localizado na região Nordeste da Província de Cabo Delgado, confinando a Norte com o distrito de Pemba, a Sul com os distritos de Macomia e Muidumbe, a Este com o Oceano Índico e a Oeste com os Distritos de Nangade e Mueda.

A superfície do distrito¹ é de 3.487 km² e a sua população está estimada em 102 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 29,1 hab/km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 120 mil habitantes.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (39%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 97% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 97 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 43%, concentrada na Vila Mocimboa da Praia.

1.2 Clima, Relevo e Solos

A região apresenta de novo um clima do tipo sub-húmido seco, onde a precipitação média anual varia entre 800 e 1000 mm e a temperatura média durante o período de crescimento das culturas excede os 25°C (24 a 26°C). A evapotranspiração potencial é da ordem dos 1400 a 1600 mm.

As planícies costeiras na região são dissecadas por alguns rios que sobem da costa para o interior, que gradualmente passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

Os oito principais rios que atravessam o Distrito são: Messalo, Lubato, Ngudi Lucoma, Quinhevo, Mpandagi, Njama e Muera. Os primeiros 5 são de caudal permanente, enquanto que os restantes são de caudal periódico.

O Rio Messalo (por vezes também designado Mualo ou Messalu) é o maior de todos os acima citados, desaguando a norte de Quiterajo, depois de atravessar uma extensão de mais de 50 Km no sentido Sudoeste-Noroeste.

¹ Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção <http://www.cenacarta.com>



É caracteriza-se pelos seus solos arenosos, lavados a moderadamente lavados, predominantemente amarelos a castanho-acinzentados, quer seja os da cobertura arenosa do interior (Ferralic Arenosols), quer seja os das dunas arenosas costeiras (Haplic Arenosols), e ainda pelos solos da faixa do grés costeiro, de textura arenosa a franco argilo arenosa de cor predominantemente alaranjada (Ferralic Arenosols). Os solos arenosos hidromórficos de depressões e baixas ocorrem alternados com as partes de terreno mais elevadas (Gleyic Arenosols).

A parte da faixa litoral é composta por sedimentos marinhos de diferentes períodos geológicos (desde o Cretácio até ao presente). As zonas interiores mais onduladas localizam-se sobre rochas antigas do Pré-Câmbrico.

Basaltos terciários ocorrem junto ao litoral e greisser antigos (do período pré-câmbrico) juntamente com megmatites e anfibolites ocorrem em afloramentos junto à linha costeira.

Geomorfologia

A maior parte do Distrito situa-se a quotas inferiores a 200 metros.

A linha costeira apresenta uma configuração com concavidades sensíveis notando-se pelo desenho das penínsulas e bancos de areia que existe um transporte de sedimentos em direcção ao Norte. A orientação deste movimento de areias deve ser tomada em conta sempre que se conceberem obras de contenção de erosão.

A plataforma costeira é aqui particularmente estreita e atravessada por profundos afundamentos. Existem condições naturais para instalação de portos. Esporadicamente, ocorrem áreas pantanosas associadas a estuários.

Na topografia de cada uma das regiões existem variações sensíveis e o terreno é, algumas vezes, bastante acidentado.

Solos

O Distrito apresenta dominância de solos não consolidados, compostos por sedimentos compactados do Quaternário e ainda mais recentes. Os solos são na sua maioria arenosos entremeados com fracções de argila e limo perto da desembocadura de rios.



Solos arenosos de coloração mais clara marginam o rio Messalo mas não se prolongam até à foz. Solos avermelhados formam a encosta Este do planalto dos Macondes. São solos de baixa fertilidade e fraca retenção de água, o que facilita fenómenos erosivos.

Solos halomórficos de origem marinha constituem a faixa mais externa do litoral. Sendo mal drenados e muito salgados são pouco aptos para a agricultura. Contudo, não se ficou com a impressão de serem improdutivo. Na realidade, suportam habitats ecologicamente importantes, como os pântanos e mangais.

Os solos, na sua maioria, são compostos de antigos aluviões marinhos. Apesar dessa origem comum apresentam um notável padrão de diversidade. De forma dispersa encontram-se aluviões de areia sem presença de argila, entremeando com solos de grande propensão para erosão. Nestas regiões são visíveis fendas profundas onde se pode constatar que os solos possuem elevada percentagem de argila.

Os tipos de solos dominantes nem sempre facilitam a drenagem ou infiltração das águas pluviais. Assim, no período das chuvas são numerosas as lagoas, rios e riachos.

Como se pode verificar, grande parte do território é composta por solos frágeis, pouco estruturados que facilmente são arrastados pelas chuvas.

A erosão pode vir, assim, a constituir um problema em regiões localizadas do Distrito, sobretudo em terrenos costeiros onde o uso humano se foi aprofundando. A ocupação das dunas costeiras para efeitos de agricultura de corte e queimada foi afectando a cobertura vegetal primária e tornando os solos mais vulneráveis.

De um modo geral, a matéria orgânica é relativamente baixa nos três tipos de solos. Os solos relativamente mais férteis são encontrados à medida que se avança da zona sub-litoral para o interior e junto às margens dos rios.

Topografia

De acordo com a classificação geomorfológica de Moçambique, Mocimboa da Praia situa-se na designada Zona Altimétrica Baixa, que compreende áreas de altitudes compreendidas entre zero e 200 metros de altitude, ocupando mais de 40% da superfície de Moçambique.



Esta zona, que se estende pela orla sub-litoral e litoral do Distrito é caracterizada por relativa uniformidade em largura, prolongando-se, contudo, de forma significativa no sentido Oeste-Este, ao longo do vale do Rio Messalo.

Vegetação

Os tipos de vegetação do Distrito foram classificados como savana herbáceo- arbustiva e savana arbórea aberta. A paisagem dominante é constituída por um mosaico de agricultura, florestas secundárias e machambas com fruteiras exóticas como cajueiros (*Anacardium occidentale*), mangueiras (*Mangifera indica*) e coqueiros (*Cocos nucifera*).

Para além destas comunidades vegetais terrestres, extensos tapetes de ervas marinhas ocorrem nas áreas entre-marés sempre que o substracto assim o permita.

Uma larga diversidade de algas pode ser encontrada em associação com os tapetes de ervas marinhas.

Assim, a lista de tipos de comunidades vegetais que podem ser encontradas no Distrito de Mocímboa incluem: Tapetes de ervas marinhas e algas; Mangais; Vegetação dunar; Terras cultivadas; Savana aberta; Florestas ribeirinhas; Capinzais em áreas pantanosas; e Tapetes de ervas marinhas e comunidades de algas.

■ Tapetes de ervas marinhas

Ocorrem nas zonas pouco profundas, entre o limite da maré cheia e da maré vazia. Dezenas de diferentes espécies de algas ocorrem nas mesmas regiões e pelo menos uma possui valor comercial (*Gracillaria* sp). Acredita-se que uma outra alga com potencialidades comerciais (*Euchumia* sp.) também ocorra, sendo contudo necessário proceder à sua identificação biológica mais rigorosa.

■ Mangais

As comunidades de mangais estendem-se nas imediações dos estuários, nas zonas costeiras protegidas e sempre que existam condições de convívio entre água salgada e água doce.

Os mangais de Mocímboa são basicamente do tipo de mangal de canal.

Sempre que os canais permitem a incursão de água salgada para além das dunas, as

marés exercem influência que se pode estender quilómetros para o interior. Os canais são



caracteristicamente sinuosos e a vegetação do mangai distribui-se nas duas margens, num padrão de zonação.

As espécies presentes são: *Sonneratia alba*, espécie pioneira na margem virada para o mar; *Pemphis acidula*, uma espécie arbórea que fica submersa durante as marés cheias; *Rhizophora mucronata*; espécie que margina os canais e que ocorre por trás da zona da *Sonneratia*; *Bruguiera gymnorrhiza*, nas margens menos frequentemente inundadas pelas marés; *Ceriops tagal*, nos canais pequenos localizados nas margens do mangai; e *Xylocarpus granatum*: ocupa a zona limite do pântano.

■ Vegetação dunar

Uma série de dunas primárias de baixa altura (entre 4 a 15 metros) alinham-se na direcção Norte-Sul ao longo da linha costeira. Herbáceas com raízes formando uma complexa rede por baixo da areia ajudam a consolidar estas dunas e impedem a erosão.

Nas dunas localizadas mais para o interior (dunas secundárias) as herbáceas convivem com plantas de porte arbustivo e arbóreo.

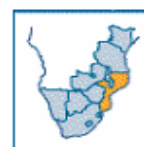
A vegetação das dunas desempenha um papel vital na ecologia das regiões costeiras de Distritos, pois permite a fixação da areia e servem como pioneiras para outra vegetação se instalar. A vegetação estabiliza a duna e, portanto, previne a erosão costeira. Várias espécies de aves encontram refúgio e fazem ninhos nos habitats destas dunas.

■ Terras cultivadas

Do ponto de vista da área coberta esta é a área mais representada no Distrito. As terras cultivadas (ou que já foram cultivadas) apresentam-se hoje como machambas no activo ou em pousio ou ainda como floresta secundária aberta. Dominam espécies exóticas como cajueiro (*Anacardium occidentale*) e mangueira (*Mangifera indica*).

Ocasionalmente, espécies indígenas como o imbondeiro (*Adansonía digitata*) variedade de Acácia, *Sclerocanya birrea* e a *Ziziphus mucronata* (maçanica) também podem ser encontradas. Capinzais ocorrem igualmente onde dominam espécies como *Hyparrhen dissoluta*, *Panicum maximum*, *Rhynchylintrum repens* e *Setaria* spp.

Por vezes, campos cultivados ou abandonados são invadidos por espécies daninhas que incluem as seguintes: *Antidesma venosa* (Euphorbiaceae); *Blumea* spp (Asteraceae); *Cissus*



spp (Vitaceae *Meremia tridentata* (Convolvulaceae); *Rhyncosia* spp (Fabaceae); *Tephrosia* spp (Fabaceae) e *Solanum* spp (Solanaceae).

■ Floresta Ribeirinha

Remanescentes de floresta ribeirinha marginam os principais cursos de água permanentes ou temporários do Distrito. Espécies que ocorrem com mais frequência neste tipo de comunidade são a *Acácia albida* ("sangüia") a *Deinbolia obtusifolia* e *Ficus sycomorus*. As florestas ribeirinhas do Distrito estão sob uma grande pressão e a sua área tem sido reduzida nos últimos anos. Deveriam haver medidas de protecção para este ecossistema.

Algumas espécies típicas deste ecossistema são altamente valiosas como a *Umbaua -Khaya nyassica*.

■ Savana aberta

A savana aberta pode ser definida como uma comunidade em que árvores ocorrem de forma dispersa no meio de extensos capinzais. Savanas abertas intactas são raras no Distrito e aquelas que ocorrem foram já perturbadas pela acção humana, sobretudo pela agricultura de corte e queimada.

Algumas espécies arbóreas ainda ocorrem na região como remanescentes da savana arbórea primária em dunas arenosas, tais como: *Umbila - Pterocarpus angolensis*; *M'doto - Uapaca* sp; *Miambo - Mimmosops caffra*; *IvVbama - Brachystegia spiciformis*; *Jambirre - Millettia stuhlmannii*; *Nhacuada (pau-ferro) - Swartzia madagascariensis*; *M'soro - Pseudolachnostylis maprouneifolia*; *Chanfuta ou M'komto - Afzelia quanzensis*; *M'furo - Vitex* sp.; *Tchenchere - Crossopterix febrífuga*; *M'tonga ou calungula - Strychnos* sp.; *M'sara - Dalbergiella nyasae* *Muhula - Parinari curatellifolia*; e *M'sara - Julbemardia paniculata*.

■ Capinzais em áreas pantanosas

Sempre que as condições do solo dificultam a drenagem, as regiões arborizadas são substituídas por zonas sem árvores e com dominância absoluta do estrato herbáceo.

Espécies como a *Setaria* e *Sporobolus* spp são comuns, entremeando com palmeiras que convivem bem com o lençol de água à superfície.

Sempre que a inundação da água superficial é mais permanente ocorrem formações de caniço (*Phragmites australis*).



São as seguintes as principais zonas de distribuição dos tipos de vegetação acima descritos:

- Zona Litoral: Região onde se distribuem os mangais e as comunidades dunares em matas abertas.
- Zona Sub-litoral: Região que abrange os prolongamentos Orientais do planalto dos macondes, em zonas abaixo dos 200 metros.
- Zona Sub-planáltica: Abrangendo as regiões de savana mais densamente arborizadas com ocorrência de regiões abertas onde se distinguem imbondeiros e, por vezes, tufos de bambú.

1.3 Recursos Naturais

Com a proximidade do Parque das Quirimbas, o distrito de Mocímboa da Praia, beneficia-se de uma relativa riqueza em fauna terrestre devido ao movimento migratório dos animais. Contudo, o conflito homem-animal vem-se acentuando largamente neste distrito, principalmente em Diaca. A fauna bravia é um dos recursos de importância sócio-económica para a população rural.

A mesma serve de fonte alternativa de rendimentos e contribui, também, para a melhoria da dieta alimentar das comunidades. No distrito, existem actualmente 260 associações que trabalham em questões ligadas à gestão da terra e os 6 núcleos de sensibilização ocupam-se das Leis de Floresta e Fauna Bravia e do Ambiente, nas comunidades.

1.4 Infraestruturas

O acesso terrestre ao distrito é dificultado pelo estado das vias rodoviárias. No entanto ele possui um porto com algumas facilidades e um bom aeroporto que o tornaria, teoricamente, mais acessível. A pista principal do aeroporto permite a aterragem de aeronaves de certa dimensão. Informações não confirmadas indicam que a pista principal é maior ou igual à existente na cidade capital de Pemba.

Mocímboa da Praia beneficia de uma rede de estradas construídas para estabelecer ligação com a região compreendida entre os Distritos de Palma, Nangade, Mueda, Muidumbe e Macomia. Estas encontram-se, na sua maioria, em elevado estado de degradação, sendo algumas delas praticamente intransitáveis.



Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra estruturas não é suficiente, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, sofre de problemas de transitabilidade.

O Distrito possui 525 Km de estradas, dos quais 340 km são intransitáveis.

Relativamente aos transportes, o tipo mais utilizado é o rodoviário. As populações deslocam-se, utilizando bicicletas, motorizadas e transportes semi-colectivos vulgo “chapa 100” como principais meios de transporte.

O Porto de Mocimboa da Praia é subutilizado. Em anos anteriores, as empresas madeireiras utilizavam-no para o escoamento de toros de madeira. Embora tenha recebido beneficiações no canal de acesso, a utilização continua sendo diminuta.

Face à proximidade com a Tanzânia e as dificuldades de acesso rodoviário dos Distritos fronteiriços de Palma, este Distrito tem servido de embarque/desembarque de mercadoria proveniente da Tanzânia. Através deste, o comércio é alimentado de mercadorias diversas.

O aeroporto, construído antes de 1972, possui uma pista asfaltada que é uma das maiores da região Norte. A pista principal, uma das duas existentes neste aeroporto, possui uma extensão aproximada de 2.000 metros. A mesma apresenta sinais de degradação.

A Vila é basicamente abastecida por um sistema de captação com depósito subterrâneo com uma capacidade de 100 m³. A distribuição domiciliária abrange 74 focos do bairro de cimento e os fontenários públicos estão distribuídos pelos seguintes bairros: Milamba 3, Unidade 4, Pamunda 3 e Nanduadua 4.

É de salientar que a água distribuída não é previamente tratada, dada a obsolescência do sistema de tratamento. O abastecimento de água às populações do distrito de Mocimboa da Praia é feito através dos rios, lagos, riachos poços e furos, sendo este um dos grandes problemas enfrentados pelo distrito, já que grande parte da rede de furos se encontra inoperacional.

O sistema de comunicações a nível do Distrito é garantido pela telefonia móvel (Mcel, Vodacom e Movitel), TDM, telefone fixo, internet, fax e rádios de comunicação. Para garantir a comunicação, foi instalado um nó de fibra óptica na Vila sede.



O distrito possui 49 escolas (das quais, 29 do ensino primário nível 1), e está servido por 5 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente.

Com a entrada em funcionamento regular da linha da rede nacional da HCB, o distrito passou a beneficiar de uma rede de melhor qualidade.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

1.5 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O arroz de sequeiro é a cultura produzida nas planícies aluvionares dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzidos em bacias de inundação preparadas para o efeito. Há ainda a referir a importância do coqueiro e do cajueiro no sistema de produção da zona costeira, quer como um produto que garante a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias rurais.

O sistema agro-silvícola do caju é talvez o mais representativo. A consociação mais importante do caju compreende culturas como a mandioca e milho, seguindo o padrão tradicional de rotação e pousio de médio e longo prazo, dependendo bastante da idade dos cajueiros e sua produtividade. O coqueiro apresenta uma distribuição mais limitada para o interior. Praticamente toda a zona da mandioca fica dentro da zona do cajueiro.



A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente e em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas, com base em variedades locais.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos, como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

A comercialização é assegurada por comerciantes informais, o que dificulta o controlo e o registo dos produtos e das quantidades comercializadas. No entanto, com o desenvolvimento que o distrito está a observar, com a entrada de muitos estrangeiros e nacionais, dentre os quais se contam comerciantes formais e informais, com o aumento do número de armazéns de 1 para 3 e, ainda, pelo facto de não haver um trabalho de sensibilização aturado, no sentido de sensibilizar a população a não vender os seus excedentes agrícolas, dado o número insuficiente de extensionistas, fez com que disparasse a comercialização dos produtos de maior procura (cereais, raízes e tubérculos).

O fomento pecuário no distrito tem registado melhorias devido à existência de algumas infraestruturas pecuárias e à tradição na criação do gado bovino e alguns pequenos ruminantes.

A pesca é a principal actividade económica da população de Mocimboa da Praia, principalmente a que habita a zona litoral do Distrito. São utilizados quatro tipos principais de embarcações: Machua: o mais comum, assemelhando-se a um bote vulgar; Nchó: utilizado para o transporte de pessoas e mercadorias; Dau; e Linge: muito semelhante ao Machua, que é o menos utilizado. Para a pesca à escala familiar são também usadas chatas e canoas.

O peixe fresco destina-se à venda e ao consumo familiar. A principal zona de pesca é a de Milamba. O peixe seco destina-se a trocas por produtos alimentares (p.e. milho, mapira, mandioca, arroz, feijão), principalmente com as populações do interior e do Distrito de Mueda. A secagem do peixe é feita nas ilhotas de Muchanga, Quifuque, Mutondo e Madambula.



No desenvolvimento da pesca, principal actividade da população de Mocímboa da Praia, destaca-se o importante papel desempenhado pelos recursos florestais, uma vez que a madeira constitui um dos principais materiais usados na construção de barcos.

As principais madeiras usadas na construção de barcos são obtidas das seguintes espécies: ngabo; ntundu; nfindi; nototo; mpalanganga e umbila.

Na construção de barcos também é usado o algodão, que é inserido nas zonas de junção entre as madeiras, para evitar a entrada de água.

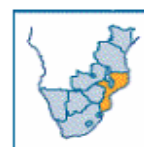
O Distrito é, também, rico em recursos florestais, existindo vários tipos de madeira de valor comercial, como Umbila, Pau-rosa, Pau-preto, Chanfuta, Metonha, Metil, Marroto, Tule, Mefuma e Messinge.

A exploração florestal no distrito é realizada em regime de licenças simples por operadores autorizados pela Província. Contudo, algumas concessões já foram atribuídas. As principais espécies que são cortadas são: Jambire, Chanfuta, Umbila, Muanga, Messinge, Pau-Ferro, Metonha e Muitiria.

A fauna original do Distrito foi sendo profundamente alterada por influência humana. A composição faunística original do Distrito deve merecer um reconhecimento próprio, inventários actualizados. Seja a fauna típica das florestas dunares costeiras, seja da savana aberta do interior, ambas foram sendo largamente perturbadas ao longo últimos anos. As razões fundamentais para a redução da população de animais Distrito são as seguintes: redução dos habitats terrestres naturais; expansão das áreas cultivadas; e abate não controlado.

No que se refere aos animais marinhos, uma larga variedade de peixes caracteriza as regiões litorais e, em particular, as zonas estuarinas. A região litoral de Mocímboa era conhecida por albergar uma população relativamente considerável de dugongos, espécie de mamífero marinho em extinção. Igualmente, diferentes espécies de tartarugas marinhas ocorriam nas águas e desovavam nas praias do Distrito.

Entre os mamíferos especialmente protegidos destaca-se o *Cercopithecus mitis* (macaco simango) que se acredita ocorrer ainda nas florestas que marginam os rios e riachos do distrito.



Embora os mangais não possuam estatuto oficial de habitat a ser protegido, são necessárias medidas de conservação para evitar o abate para além dos limites sustentáveis. Importa também referir a existência de corais que devem merecer atenção especial.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A pequena indústria local é composta por pequenas unidades constituídas por moageiras, serrações, carpintarias, latoarias, oficinas de artesanato e olaria, estando estas distribuídas por todos os Postos Administrativos.

O Distrito de Mocímboa da Praia oferece condições favoráveis ao desenvolvimento da actividade turística. Entre praias de grande beleza, possui ao largo da sua costa um número considerável de ilhas que, face ao seu estado natural, constitui atractivo para o turismo selectivo. Outrossim, a riqueza piscícola faz de Mocímboa um potencial Distrito para pesca desportiva.

A sua situação geográfica com as vias rodoviárias em mau estado, associada à inexistência de infraestruturas hoteleiras não convidam os habitantes dos Distritos e províncias vizinhos. Este facto faz com que os agentes económicos não sejam encorajados a investir no turismo. Está-se perante um ciclo, em que um factor inibe o seguinte e este por sua vez inibe o anterior.

Um dos principais problemas que o sector do turismo enfrenta é o da falta de capacitação técnica dos quadros que trabalham na área de turismo.

Existe no distrito uma área de conservação para actividade turística em Mpanga, para além de 5 monumentos históricos (Heróis de Buji, Chama da Unidade, Casa Nalole, Ntende e Chingo-Mbaia).

Como foi anteriormente citado, um dos recursos naturais disponíveis e em franca exploração é a madeira.

O Distrito de Mocímboa da Praia conta com uma rede comercial que comporta 299 estabelecimentos, sendo 11 Lojas, 224 Bancas, 64 barracas e 241 Agentes Informais distribuídos por (3) três Postos Administrativos, nomeadamente: Posto de Diaca, Mbau e Sede.

O distrito conta com 3 instituições bancárias a saber: Millenium bim; Barclays; BCI.



1.6 História e cultura

A população que habita o Distrito de Mocímboa da Praia é essencialmente originária de grupos étnicos predominantes na Província de Cabo Delgado: Macondes e Kimwane. No Distrito existem também, em menor escala, outros grupos étnicos, nomeadamente Makwas e Yao (também designados Ajauas).

As línguas maternas dominantes abrangem um amplo leque que vai deste o Swahili; Zulu (passando por Chope, Tsonga, Shona, Nyungué, Nyanja, Chuabo, Maconde, Macua. No Distrito, a distribuição da população por língua falada apresenta os seguintes valores: Maconde - 20 753, Macua - 7 493, Mwani - 17 398, Yao - 1 056, Outras-1670.

- Os Makondes

Constituindo a maioria da população de Mocímboa da Praia, os Makondes habitam a região interior do Distrito. A agricultura é a sua principal actividade económica. Dedicam-se também à criação de gado e animais de pequena espécie.

A sua alimentação básica consiste em farinha de milho, amendoim e feijão. A mapira muito usada para o fabrico de uma bebida tradicional (pombe), muito apreciada principalmente no seio dos homens mais velhos.

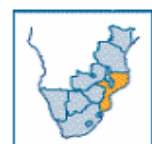
Os Makondes são maioritariamente seguidores da religião católica por influência dos portugueses que tiveram uma passagem significativa pela área no período colonial.

- Os Kimwanes

Os Kimwanes habitando a região costeira do Distrito, constituem um grupo que se dedica, essencialmente, ao comércio e à pesca, sendo esta última a sua actividade económica mais importante. Praticam também a agricultura, mas a uma escala bastante reduzida, cultivando basicamente pequenos talhões de mandioca e, recentemente, em áreas bem localizadas o arroz, para fins de subsistência.

A sua alimentação básica é constituída por mapira, arroz, mandioca, peixe e coco. O coco é consumido numa base diária pelas populações da costa.

Os kimwanes professam, maioritariamente, a religião muçulmana, por influência dos povos árabes com quem estabeleceram laços comerciantes há muitos séculos.



Predominam no Distrito situações de diversidade cultural. Contudo, uma forte influência muçulmana marcou algumas das manifestações culturais tais como:

- Casamento

O casamento tradicional é designado Harussi. Esta designação é apenas válida se o casamento estiver a ser efectuado pela primeira vez.

O ritual matrimonial (Outoba) é dirigido pelo Mualimu ou Shehe e as festas são animadas por um grupo de dançarinas de tufo. Os noivos ficam, entretanto, fechados num quarto, de onde não podem sair até que termine o Harussi. Nesse período, os noivos têm a obrigação de realizar o primeiro acto sexual, após o que os padrinhos se devem certificar da virgindade da rapariga. Caso esta seja "comprovada", o lobolo é pago pelos pais da noiva.

Esta é a condição para aceitação da noiva, pois em caso oposto esta pode ser devolvida aos seus pais.

A poligamia é prática comum, que serve para traduzir o prestígio do homem. Com a chegada dos colonizadores portugueses esta prática passou a ser cada vez mais comum, principalmente entre os Régulos, reflectindo a sua superioridade em relação aos outros membros da sociedade .

- Actividade pesqueira e construção de embarcações

Na língua Kimwane existem palavras para designar os fabricantes de barcos, de acordo com as suas funções específicas. Assim, o termo Fundi é usado para designar a pessoa especializada na montagem das várias partes que irão constituir o barco; Calafate é aquele que faz a cobertura das folgas com algodão e cola.

Tanto o Fundi quanto o Calafate trabalham com os seus Manwana funzi (aprendiz).

Nesta actividade, trabalha-se sob acordo (verbal), segundo o qual durante a construção dos barcos, o fornecimento de refeições aos que trabalham está a cargo do proprietário dos barcos.

A reparação dos barcos é feita na zona de Praia. A maior parte das "oficinas" de reparação de barcos encontra-se na zona de Milamba, onde está concentrada grande parte da comunidade de pescadores de Mocímboa da Praia.



As mulheres também se dedicam à pesca na maré baixa, organizando-se em grupos de cerca de 4 por rede. A composição dos grupos de pesca não é permanente, podendo os mesmos serem constituídos por mulheres que não se conhecem entre si. O produto da pesca é depois equitativamente dividido entre elas.

As mulheres capturam, normalmente, peixe miúdo, camarão, caranguejo e polvo. Para a apanha do caranguejo utiliza-se um instrumento de pau em forma de "Y", designado muti wamanda em Kimwane. O polvo é apanhado com um instrumento de madeira em forma de til, aguçado numa das extremidades, em kimwane designado nsosso wamwenza.

Aspectos Históricos

A presença árabe na costa Norte de Moçambique é muito antiga. Os navegadores europeus encontraram nesta faixa, antigas e bem consolidadas relações de troca entre comunidades locais e mercadores árabes, persas e hindus. Os árabes lograram empreender uma fusão cultural e religiosa com as populações indígenas, criando uma cultura própria, intrinsecamente ligada ao comércio litoral.

Dados históricos revelam que o pioneiro da colonização portuguesa em Mocímboa da Praia foi António Vieira, que se fixou a Norte de Cabo Delgado em finais da II Guerra Mundial.

À fixação de António Vieira na "terra do fim do mundo" (nome por ele atribuído à área, devido ao isolamento desta em relação a outros centros populacionais então existentes) seguiu-se a de várias famílias portuguesas.

Em Mocímboa da Praia funcionavam na altura três postos militares coloniais: Ungare, Lalama e Chai. A nível regional, o Concelho de Mocímboa da Praia, criado a 7 de Março de 1959, através da Portaria número 13010, funcionava como importante centro de exploração daqueles que, por motivos vários, não procediam ao pagamento do imposto de palhota ou "mussoco".

Sob o ponto de vista económico, Mocímboa da Praia foi, no período colonial, um importante centro de comercialização de borracha e goma copal, bem como de outros produtos como amendoim, gergelim, madeiras e conchas.

Autoridade Tradicional



Tradicionalmente, os Kimwanes organizavam-se em pequenas tribos controladas por um chefe com poderes militares, jurídicos e religiosos. Sobre este, os conselheiros exerciam grande influência.

O sistema de poder tradicional na região de Mocimboa confunde-se e articula-se com a hierarquia religiosa que domina toda o litoral do Norte de Moçambique.

Apesar dos impactos profundos que o sistema colonial e, posteriormente a estruturação estatal pós-independência, tiveram na estrutura tradicional do poder, ela manteve-se com adaptações e ajustamentos locais. A guerra ajudou a que este sistema fosse revitalizado, uma vez que estavam inviabilizados grande parte dos mecanismos formais do Estado.

Tanto ao nível dos clãs como das linhagens, os chefes principais são designados por mwene. O facto da sociedade estar organizada numa base matrilinear não implica que o homem não detenha o poder sobre os seus irmãos, sobrinhos e sobrinhas. O mwene controla a vida das linhagens através do poder que detém sobre o grupo de filiação uterina. A ele estavam e, em parte ainda estão, atribuídas funções como: distribuição de terras; cerimónias religiosas relativas à fecundidade e à chuva; responsabilidade sobre casamento das irmãs e sobrinhas; e arbitragem em casos de conflitos.

O mwene apoia-se num grupo de conselheiros. A realização de actividades como a pesca e caça é ainda espiritualmente apoiada por rituais que asseguram o sucesso do empreendimento e a segurança de quem o pratica.

1.7 Sociedade civil

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 3 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 6 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.



A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Neste contexto, foram legitimados pelas respectivas comunidades e reconhecidos pela autoridade competente 32 Líderes Comunitários de diversos escalões, destacando-se 8 chefes de povoação, 2 chefes tradicionais e 22 secretários de aldeia

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

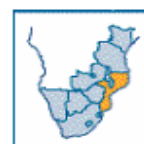
- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;



- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.



2 Demografia²

A superfície do distrito³ é de 3.487 km² e a sua população está estimada em 102 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 29,1 hab/km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 120 mil habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (39%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 97% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 97 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 43%, concentrada na Vila Mocimboa da Praia.

Quadro 1. População por posto administrativo, 1/7/2012

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
Distrito de Mocimboa da Praia	101,613	15,043	24,990	43,966	12,835	4,779
Homens	49,981	7,552	12,614	21,371	6,226	2,219
Mulheres	51,632	7,492	12,376	22,595	6,609	2,560
P.A. de Mocimboa da Praia	69,466	10,162	16,872	30,831	8,475	3,125
Homens	34,180	5,069	8,488	14,938	4,170	1,514
Mulheres	35,280	5,092	8,384	15,892	4,308	1,604
P. A. de Diaca	19,515	2,813	4,929	8,076	2,655	1,041
Homens	9,512	1,384	2,515	3,954	1,226	433
Mulheres	10,004	1,428	2,414	4,122	1,426	614
P. A. de Mbau	12,632	2,068	3,189	5,059	1,704	612
Homens	6,288	1,098	1,611	2,478	830	271
Mulheres	6,348	972	1,578	2,581	875	343

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007.

Das pessoas residentes no distrito, 80% nasceram no próprio distrito, o que denota fluxos de migração significativos.

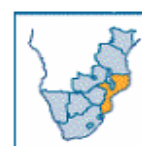
Quadro 2. Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento

	Local de Nascimento		
	No próprio distrito	Noutro distrito da mesma província	Noutra Província
Total	79.6%	16.9%	3.5%
- Homens	78.9%	16.7%	4.4%
- Mulheres	80.2%	17.2%	2.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

² Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

³ Centro Nacional de Cartografia e Teledeteccção <http://www.cenacarta.com>



2.2 Traço sociológico

Das 24 mil famílias⁴ do distrito, o tipo sociológico familiar principal é o alargado (40%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 4.2 membros.

Quadro 3. Agregados familiares, segundo a dimensão

% de agregados, por dimensão		
1 - 2	3 - 5	6 e mais
28.4%	45.8%	25.8%

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007 e Projeções globais da população.

Quadro 4. Agregados familiares, segundo o tipo sociológico

TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
11.4%	1.7%	6.9%	29.4%	10.2%	40.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados após os 12 anos de idade, têm crença religiosa, dominada pela religião Islâmica.

Quadro 5. Distribuição da população, segundo o estado civil

Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viúvo
100.0%	30.0%	58.2%	6.6%	5.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

Tendo o Kimwani e o Shimakonde como línguas maternas dominantes, constata-se que 30% da população do distrito (com 5 ou mais anos de idade) tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

Quadro 6. População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo

	TOTAL	GRUPO ETÁRIO				
		5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 44	45 e mais
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Emakhuwa	9.7%	5.8%	7.0%	8.3%	10.7%	11.9%
Shimakonde	40.1%	40.0%	42.5%	41.7%	41.0%	39.0%
Kimwani	44.8%	50.0%	46.3%	44.6%	41.3%	43.5%
Português	1.3%	0.8%	1.7%	2.2%	2.0%	1.1%
Outras	4.0%	3.4%	2.6%	3.2%	5.0%	4.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

⁴ Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

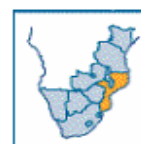
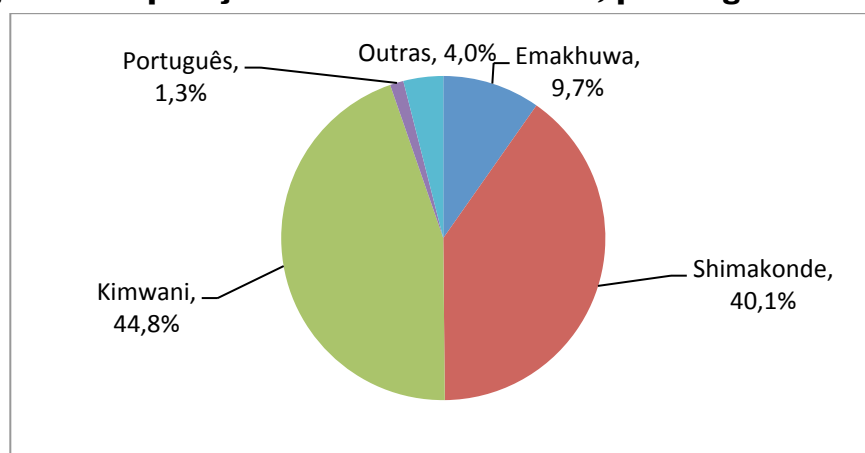


Figura 1. **População com 5 anos ou mais, por língua materna**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 7. **População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português**

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	30.0%	41.9%	18.7%	70.0%	58.1%	81.3%
5 - 9 anos	9.3%	10.5%	8.2%	90.7%	89.5%	91.8%
10 - 14 anos	30.7%	33.6%	27.7%	69.3%	66.4%	72.3%
15 - 44 anos	45.9%	56.3%	36.2%	54.1%	43.7%	63.8%
45 anos ou mais	32.4%	49.7%	16.3%	67.6%	50.3%	83.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

2.3 Analfabetismo e Escolarização

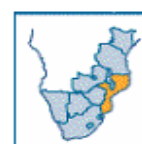
Com 34% da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 49% dos seus habitantes declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes a escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário.

Quadro 8. **População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012**

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Total	66.2%	49.5%	81.8%
15 - 19 anos	49.1%	37.6%	59.8%
20 - 24 anos	59.4%	41.7%	74.3%
25 - 29 anos	68.0%	53.2%	81.7%
30 - 44 anos	67.4%	49.5%	85.7%
45 anos ou mais	77.4%	58.4%	94.7%
P.A. de Mocimboa da Praia	63.1%	46.4%	78.9%
P. A. de Diaca	70.6%	53.7%	85.9%
P. A. de Mbau	76.7%	60.8%	91.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Mocimboa da Praia



3 Habitação e Condições de Vida⁵

As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida das famílias. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Quadro 9. Habitações segundo o regime de propriedade

Total de Habitações	100.0%
- Próprias	91.5%
- Alugadas	1.9%
- Cedidas ou emprestadas	4.8%
- Outro regime	1.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A maioria (92%) das cerca de 24 mil habitações⁶ existentes no distrito são de propriedade própria. O tipo de habitação dominante é a palhota (88%). A casa mista, que é um tipo de habitação que combina materiais de construção duráveis e materiais de origem vegetal, representa 10% do parque habitacional do distrito.

Quadro 10. Tipo de habitações

Casa convencional ⁷ ou apartamento ⁸	0.7%
Casa mista ⁹	9.7%
Casa básica ¹⁰	1.9%
Palhota ¹¹ , casa improvisada ¹² e outras	87.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

⁵ Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

⁶ Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

⁷Casa convencional - é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Pode ser de rés-do-chão, mais de 1 ou 2 pisos.

⁸Flat/apartamento - é uma unidade habitacional que tenha quarto(s) casa de banho, cozinha pertencente a uma unidade habitacional multifamiliar com 1 ou mais pisos podendo ser de um bloco ou conjunto de blocos.

⁹Casa mista - é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão), materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, paus maticados, madeira, etc.) e adobe.

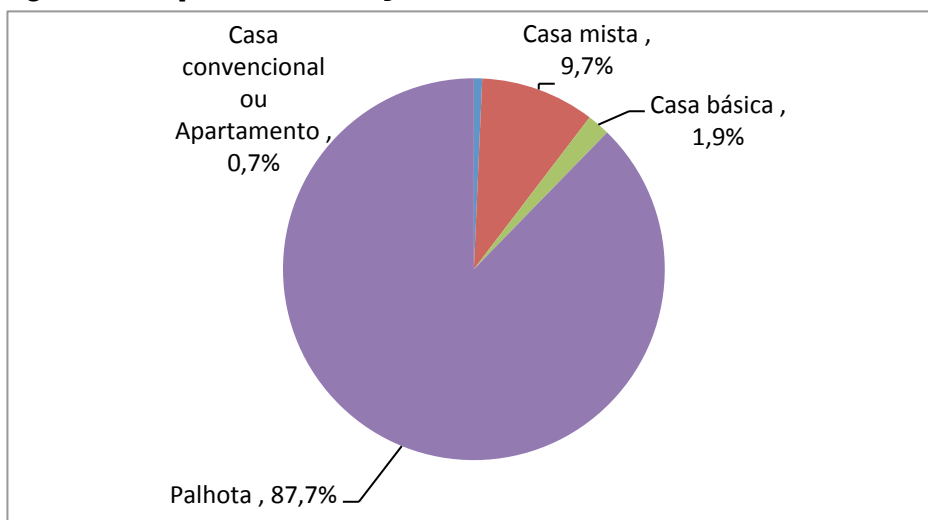
¹⁰Casa básica - é uma unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem casa de banho e ou cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho, cozinha e água).

¹¹Palhota - é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.).

¹²Casa improvisada - são habitações construídas com material improvisado e precário, tal como papel, saco, cartão,, latas, cascas de árvores, etc.



Figura 2. **Tipo de habitações**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Apesar de as condições de habitação serem diferentes entre as zonas urbanas e rurais do distrito, verifica-se um padrão comum dos materiais de construção caracterizado por:

- O principal material usado nas paredes das casas é caniço/paus (94%);
- O principal material usado na cobertura das casas é capim ou palha (88%); e
- O principal material usado no pavimento das casas é adobe (51%).

Quadro II. **Habitações segundo o material de construção**

	Em %		
	Total	Urbano	Rural
Paredes	100.0%	100.0%	100.0%
- Blocos de cimento ou tijolo	3.3%	8.0%	0.5%
- Blocos de adobe	0.9%	1.4%	0.6%
- Caniço / Paus	94.1%	89.7%	96.8%
- Madeira / Zinco	0.3%	0.6%	0.2%
- Outro material	1.3%	0.3%	1.9%
Cobertura	100.0%	100.0%	100.0%
- Chapas ou telhas	11.5%	24.1%	3.8%
- Laje de betão	0.2%	0.4%	0.0%
- Capim ou outro material	88.4%	75.5%	96.1%
Pavimento	100.0%	100.0%	100.0%
- Cimento, parquet ou mosaico	9.7%	21.9%	2.3%
- Adobe	50.9%	47.4%	53.1%
- Sem nada	39.4%	30.8%	44.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

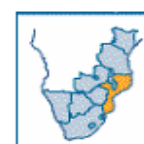
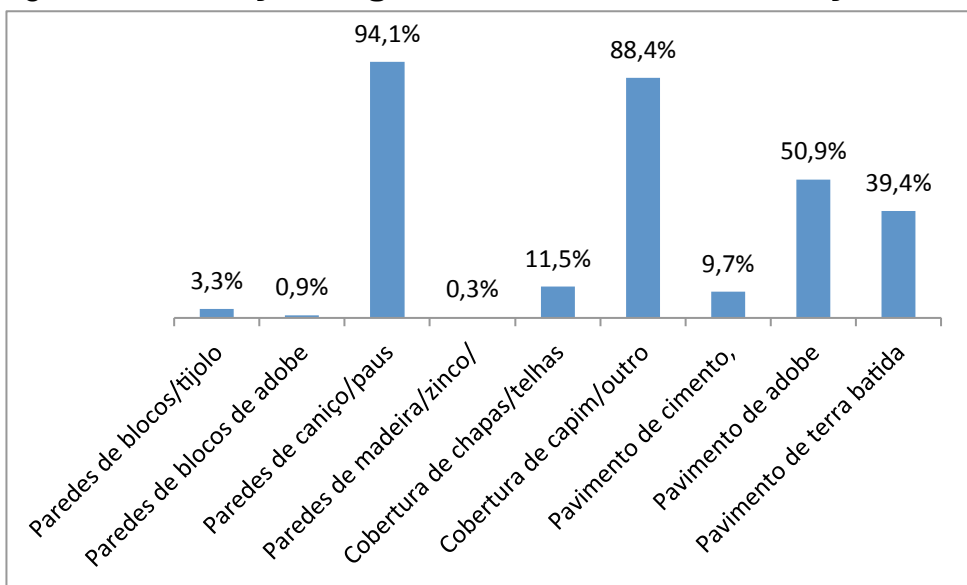


Figura 3. **Habitações segundo o material de construção**

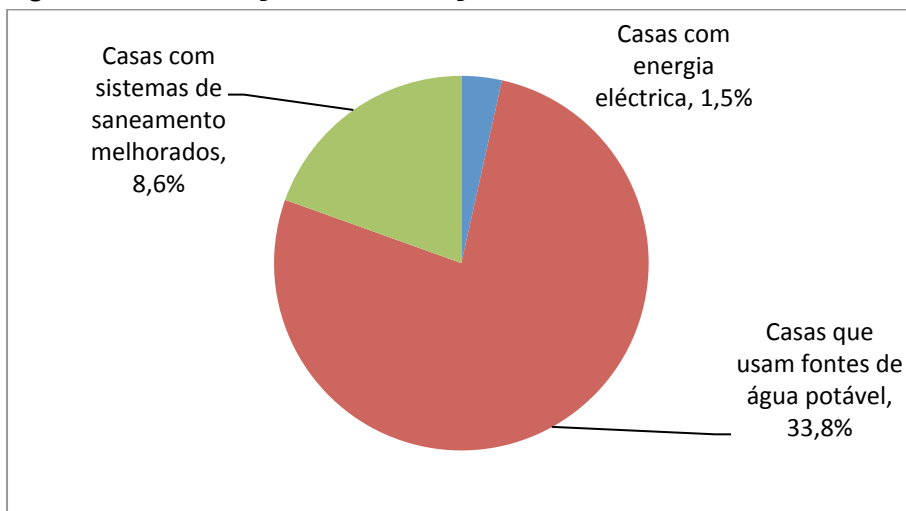


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

O gráfico e quadro seguintes mostram a distribuição percentual das habitações segundo o grau de acesso aos serviços básicos.

- A principal fonte de energia usada pelas famílias é o petróleo (65%);
- Cerca de 34% das famílias tem acesso a fontes de água potável¹³; e
- Cerca de 9% das famílias usam sistemas de saneamento melhorados¹⁴.

Figura 4. **Habitações e condições básicas existentes**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

¹³Água canalizada (dentro e fora da casa), fontenário e poço/furo protegido c/ bomba.

¹⁴Retrete ligada a fossa séptica, Latrina melhorada e Latrina tradicional melhorada.



Quadro 12. Habitações, água, saneamento e energia

HABITAÇÕES E CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL	Casa convencional	Casa mista	Casa básica	Palhota
ENERGIA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Electricidade	1.5	31.5	4.8	15.9	0.4
Gerador/placa solar	0.7	14.6	2.7	7.1	0.1
Gás	0.1	0.0	0.0	0.3	0.1
Petróleo/parafina/querosene	65.1	32.0	78.6	43.1	64.7
Velas	1.4	5.1	3.8	11.6	0.8
Baterias	0.1	0.0	0.3	0.2	0.1
Lenha	30.2	15.7	7.8	15.3	33.4
Outras	0.8	1.1	2.0	6.5	0.5
ÁGUA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Água canalizada	3.4	52.2	9.1	26.9	1.5
- dentro da casa	0.5	43.8	1.7	0.0	0.0
- fora de casa	2.9	8.4	7.4	26.9	1.5
Não-canalizada	96.6	47.8	90.9	73.1	98.5
- fontenário	7.7	7.9	15.4	20.4	6.4
- poço/furo protegido c/ bomba	22.7	10.1	21.4	16.2	23.2
- poço sem bomba	53.0	25.3	49.4	29.2	54.4
- rio/lago/lagoa	12.2	3.9	4.6	6.0	13.3
- chuva	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0
- mineral	0.0	0.6	0.0	1.1	0.0
- outros	1.0	0.0	0.0	0.2	1.1
SANEAMENTO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Retrete ligada a fossa séptica	0.6	41.6	0.2	6.2	0.1
Latrina melhorada	2.3	11.8	8.8	25.0	0.7
Latrina tradicional melhorada	5.7	8.4	18.2	15.0	4.0
Latrina não melhorada	35.7	14.6	51.3	30.6	34.3
Não tem retrete/latrina	55.7	23.6	21.5	23.2	60.9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

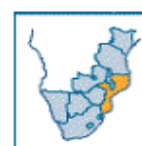
No que diz respeito a posse de bens, a incidência da posse de bens duráveis pelas famílias residentes no distrito é apresentada na tabela seguinte.

Quadro 13. Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis

Casa própria	Rádio	Televisor	Telefone fixo	Computador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum bem
91.5%	46.8%	2.4%	0.7%	0.2%	0.7%	1.4%	34.4%	42.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Constata-se que, exceptuando a casa própria, 42 por cento das famílias não possuem nenhum dos bens listados na tabela e observados aquando do Censo da População de 2007.



4 Organização Administrativa e Governação

O Distrito, para além da cidade de Mocimboa da Praia, tem três Postos Administrativos: Mocimboa-Sede, Diaca e Mbau que, por sua vez, estão subdivididos em 6 Localidades.

MOCIMBOA DA PRAIA
MOCIMBOA DA PRAIA – SEDE
QUELIMANE
DIACA
DIACA – SEDE
NANGO
MBAU
MBAU – SEDE
MARERE

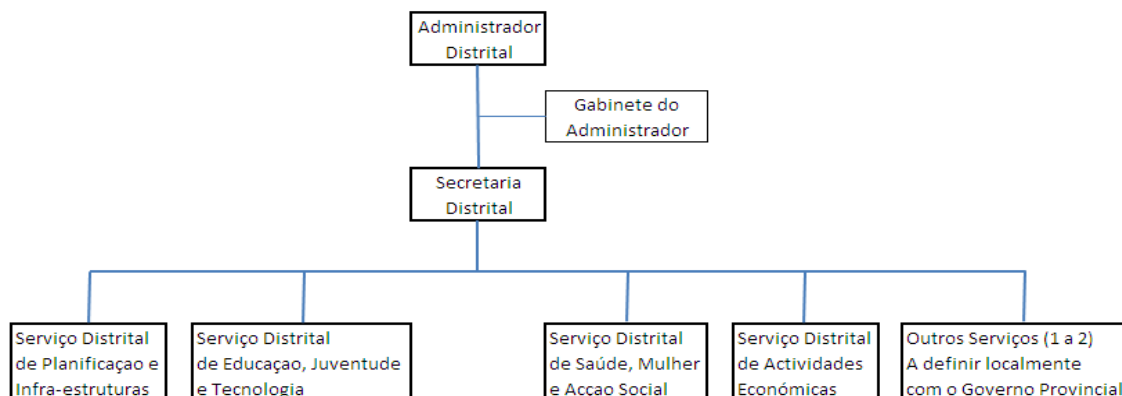
4.1 Governo Distrital

O Governo Distrital é dirigido pelo Administrador de Distrito e, ao abrigo da Lei nº 8/2003 de 19 de Maio, está estruturado na Secretaria Distrital e nos seguintes Serviços Distritais:

- Actividades Económicas;
- Saúde, Mulher e Acção Social;
- Educação, Juventude e Tecnologia; e
- Planeamento e Infraestruturas.

De acordo com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital aprovado pelo Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril, a Estrutura Tipo do Governo Distrital é apresentada em seguida.

Estrutura Tipo do Governo Distrital

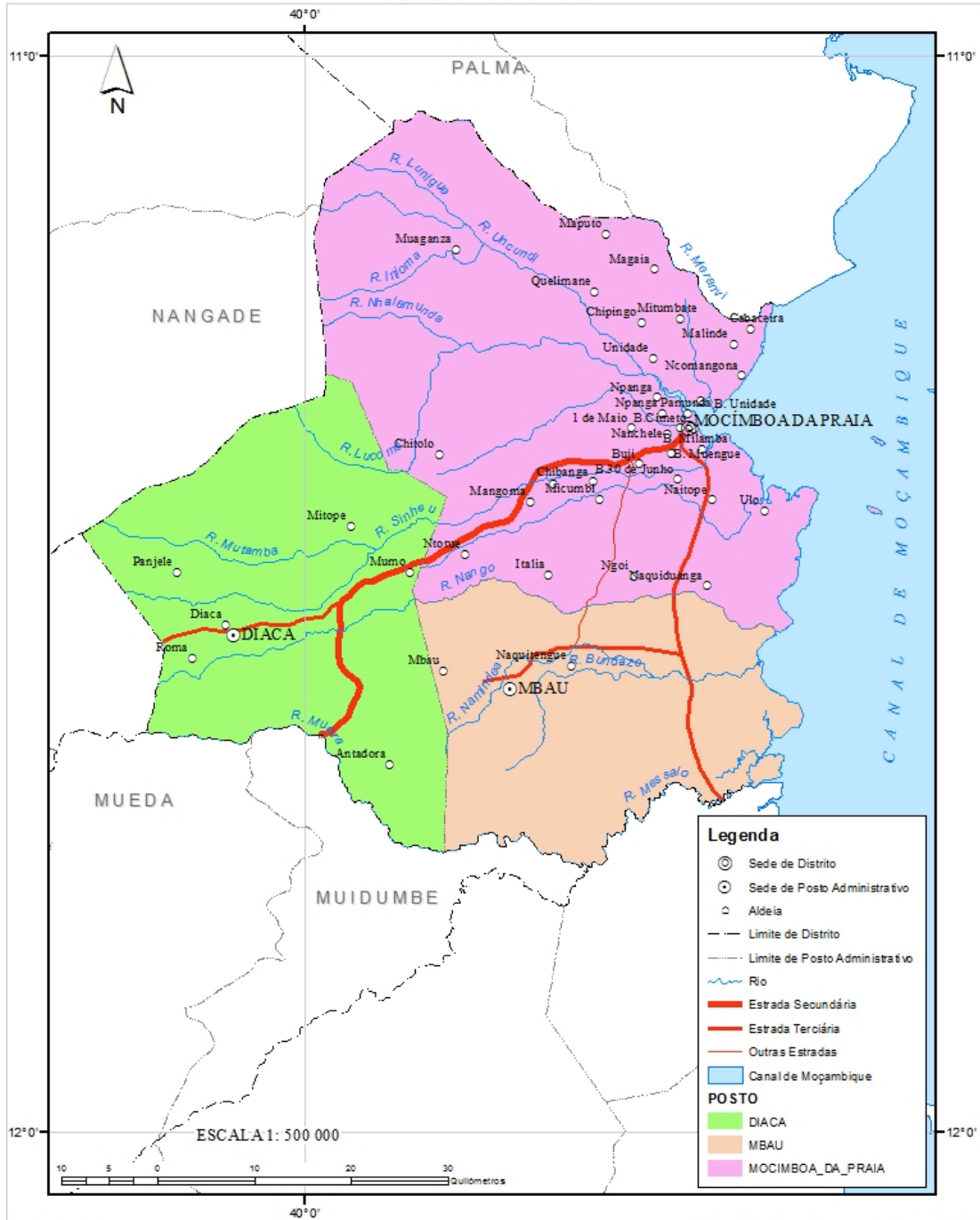


Fonte: Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril





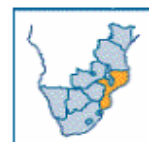
MOÇAMBIQUE
Distrito de Mocimboa da Praia
Mapa de Divisão Administrativa



Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada - CENACAR TA-1999
Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Mocimboa da Praia



Para além destes serviços, funcionam ainda as seguintes instituições públicas:

- Tribunal Judicial;
- Registo e Notariado;
- Comando Distrital da PRM;
- Procuradoria Distrital da República;
- Alfândegas;
- Migração;
- SISE.

Com um total de 662 funcionários (dos quais, são mulheres), o pessoal apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

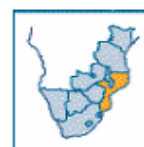
■ Técnicos Superiores	25
■ Técnicos Médios	205
■ Técnicos Básicos	347
■ Pessoal Elementar	55
■ Outro Pessoal	30

O pessoal da Administração Distrital apresenta a seguinte distribuição por serviços:

- 51 no Gabinete do Administrador/ Secretaria Distrital (GA/SD);
- 490 no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT);
- 95 no Serviço Distrital de Saúde Mulher e Acção Social (SDSMAS);
- 21 no Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE); e
- 5 no Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 3 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 6 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.



No contexto da reforma do sector público, foi nomeado o Secretário Permanente Distrital, foram institucionalizados os Conselhos Locais (Localidade, Posto Administrativo e Distrito), Balcão de Atendimento Único Distrital (BAUD), descentralizados os investimentos no distrito, tramitados os expedientes para a nomeação de directores dos serviços distritais bem como dos chefes de Localidade.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

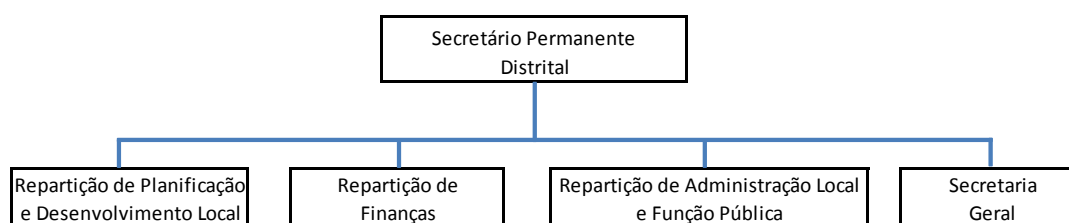
4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de tarefas realizadas, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

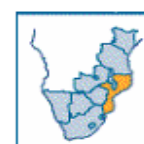
4.2.1 Secretaria Distrital

A Secretaria Distrital dirigida por um Secretário Permanente Distrital é o órgão do Governo Distrital que tem como principais funções e realizou actividades no âmbito de (a) prestar assistência técnica e administrativa ao Governo Distrital; (b) assegurar a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Distrital; (c) assistir na organização e controlo das actividades do Governo distrital, bem como na elaboração de relatórios de análise de actividades do Governo Distrital; e (d) garantir a assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento dos postos administrativos, localidades e povoações.

Estrutura Orgânica da Secretaria Distrital



Fonte: MAE/DNAL.



4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) a promoção do uso adequado do solo e a gestão florestal; (b) o incentivo da produção alimentar e de culturas de rendimento; (c) o fomento pecuário e a construção comunitária de tanques carracidas; (d) a emissão de licenças de pesca artesanal, caça e de abate, bem como o combate a caça furtiva; (e) a promoção da piscicultura e da apicultura; (f) a divulgação do potencial económico, industrial, turístico e cinegético local; (g) a promoção da pequena indústria e mineração artesanal; (h) a emissão de pareceres sobre pedidos de licenciamento de actividades económicas, licenciar actividades comerciais e emitir licenças turísticas; (i) efectuar o recenseamento das actividades de artesanato; e (j) promover mecanismos de financiamento das actividades produtivas.

4.2.2.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural

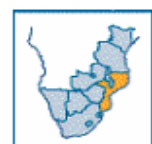
O distrito de Mocímboa da Praia não tem uma densidade populacional muito elevada, mas a maioria da sua população habita na sede distrital. É aí, de facto, que se registam os principais conflitos sobre a terra.

No Distrito de Mocímboa da Praia a agricultura é particularmente importante para as populações do interior do Distrito. Entre os principais produtos agrícolas cultivados no Distrito destacam-se o milho, o arroz a mandioca, a mapira, o amendoim e o gergelim.

Em Mocímboa da Praia é comum encontrarem-se cajueiros consociados com culturas agrícolas, pelo que a limpeza das áreas de plantação de cajueiros são, geralmente, efectuadas na mesma altura que a preparação dos terrenos para a agricultura.

A venda da castanha de caju desempenha um papel importante no equilíbrio do orçamento doméstico das famílias neste Distrito, por isso é encarada com certa preocupação, a crescente evolução da praga do cajueiro mais conhecida pelo nome genérico de broca (BIXU).

Uma outra praga de proporções alarmantes é a que afecta os coqueiros. Ela é designada pela abreviatura de LD (Doença de Amarelecimento Letal). Em várias regiões do Distrito os palmares tornaram-se praticamente improdutivos.



A rede de extensão pública está activa nos Postos Administrativos Sede, Diaca e M'bau nas Localidades de Quelimane e N'nango, bem como nas Aldeias Buji, Chimbanga, Mangoma, Tete, Maputo, Ngoe, Italia, Magausse, Bado-bado, Mitotwe, Chitolo, Roma, Chinda, Antadora e Nanquitengue.

Esta rede é composta por 8 técnicos extensionistas, estando 3 extensionistas a trabalhar no Posto Sede, 2 em Diaca e 2 em M'bau, mais 1 Supervisor.

A rede de extensão pública teve como principais actividades a Montagem e o Acompanhamento de CDRs, CMSs, Produção Escolar, Formação e Legalização de Associações, Vacinação de galinhas contra a Newcastle, Palestras sobre Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a Monitoria e Supervisão das actividades realizadas.

No que toca à área da Incaju, as actividades realizadas durante o ano de findo comportaram a intensificação de novos plantios, o maneio integrado de cajueiros, a alocação e distribuição de fitofármacos e a monitoria da comercialização da castanha de caju.

O distrito possui 7 criadores de gado bovino do sector privado e 4 do sector familiar. A criação dos pequenos ruminantes e aves é, maioritariamente, realizada pelo sector familiar. A criação do gado bovino está mais concentrada nas aldeias de Lusoma, Anga, Muengue, Bairro 30 de Junho, Bairro Unidade e Malindi.

Durante o período em análise, o sector pecuário distribuiu 18 animais, no âmbito da criação e tracção animal, tendo sido beneficiados 6 criadores de Diaca Sede, N'nango, Mangoma e Chibau. Foi, ainda, levado a cabo o treinamento de uma junta de bois pertencente à Associação de Antadora, tendo sido lavrados 4ha durante o processo de treinamento.

Durante o ano, o sector de florestas e fauna bravia realizou várias actividades, a saber: Supervisão/Fiscalização Florestal; Consultas Comunitárias; Divulgação da Lei de Florestas e Fauna Bravia; Exportação de Madeira e Fauna Bravia.

Durante o processo florestal o sector apreendeu 120 tábuas na zona de Chitolo, 130 barrotes em Metonha, que circulavam sem documentos, para além de 747 tábuas de Umbila pertencentes à empresa Alfabene, de que resultaram multas no valor de 161.953,00 MT.

O sector realizou 7 consultas comunitárias para as seguintes empresas: Jacks Du Prezz, Pira Saidina, Muringina Sousa, Serração Ocua, Zainadine Jamal e Jamal Mamudo Jamal e para a



empresa Hanta Mozambique Lda que pretende ocupar a Ilha de Muishunque para fins turísticos.

Durante o ano, o sector divulgou a Lei de Florestas e Fauna Bravia nos Postos Administrativos de Diaca e M'bau, e nas aldeias de Chitolo, Mitope, Panjele, Namandaia, Naquitengue, Limala, Marrere e Nachiji. A par da divulgação da Lei, as comunidades foram sensibilizadas no sentido de conservarem os recursos florestais e faunísticos, muitos dos quais em fase de extinção.

As acções desenvolvidas pelo sector durante o ano findo incluíram palestras de sensibilização às comunidades locais e sociedade civil, visando o combate às queimadas descontroladas.

O Licenciamento da Pesca Artesanal no Distrito de Mocimboa da Praia continua a ser negligenciado, carecendo ainda de um grande esforço por parte dos técnicos envolvidos neste processo, para conseguir que a comunidade participe, cada vez mais e em maior número, no Licenciamento da sua Actividade ao entender a importância de possuir uma Licença de Pesca.

Durante o trabalho realizado ao longo de 2011, foram emitidas oitenta e sete Licenças de pesca Artesanal, com uma receita global de 12.702,00Mts.

Durante o período em referência, o sector realizou quinze acções de fiscalização em nove centros de pesca, nomeadamente: Nabubuci, Milamba, Zalala, Ulo, Nabaje Malinde e na Ilha Kongo, todos estes na vila sede, encontrando-se os restantes localizados na Aldeia de Luxete e Calugo no Posto Administrativo de Mbau e Tambuzi, na Ilha do mesmo nome. Esta acção culminou com a apreensão de vinte e três redes mosquiteiras, as quais foram destruídas no local na presença das estruturas locais e dos membros do CCP.

Os técnicos afectos no Serviço Distrital de Actividades Económicas, desenvolveram um trabalho de sensibilização junto das comunidades pesqueiras locais, principalmente dos seus intervenientes directos, sensibilizando-os a abandonarem o uso de artes nocivas na sua actividade de pesca, assim como o corte desenfreado do mangal.



4.2.2.2 Indústria, Comércio e Turismo

Durante o ano de 2011, o sector da indústria realizou o levantamento e registo das pequenas e médias indústrias existentes no Distrito, um trabalho que abrangeu os postos de Mbau, Diaca e Sede.

No período em referência, o sector realizou uma inspecção em coordenação com o SDSMS, Conselho Municipal e PRM e três fiscalizações a 43 estabelecimentos comerciais, que resultaram na apreensão de alguns produtos alimentícios fora de prazo, como: Leite condensado, mayonesa e sardinhas, actualmente na posse da PRM para a devida destruição. Em 18 dos estabelecimentos fiscalizados constatou-se a falta de alvará e de licenças, má arrumação de produtos e falta de limpeza.

Foram realizadas 3 fiscalizações aos estabelecimentos turísticos e hoteleiros. Contudo, esta acção de fiscalização circunscreveu-se à parte continental, uma vez que o sector não possui capacidade financeira e nem meios para fazer o acompanhamento nas ilhas onde estão instalados estabelecimentos turísticos.

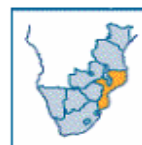
O turismo no distrito tem revelado uma forte tendência de expansão, já que muitos investidores nacionais têm-se mostrado bastante interessados em desenvolver actividades turísticas na região.

4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) garantir o funcionamento de estabelecimentos de ensino, formação de professores, alfabetização, educação de adultos e educação não formal; (b) realizar estudos sobre cultura, diversidade cultural, valores locais e línguas nacionais; (c) promover o fabrico de instrumentos musicais tradicionais; (d) incentivar o desenvolvimento de associações juvenis, bem como promover iniciativas geradoras de emprego, auto emprego e outras fontes de rendimento dos jovens; e (e) promover o uso de novas tecnologias.

4.2.3.1 Educação

Da população com 15 anos ou mais de idade 34% é alfabetizada e 49% das pessoas com 5 anos ou mais de idade, predominantemente homens, declararam no Censo 2007 que



frequentavam ou já frequentaram antes o nível primário do ensino. A análise por sexos revela um melhor padrão de escolarização nos homens.

Quadro 14. População com 5 anos ou mais, e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	24.8%	29.0%	20.9%	24.0%	31.8%	16.6%	51.1%	39.2%	62.5%
P.A. de Mocimboa da Praia	25.6%	29.9%	21.5%	22.7%	30.4%	15.3%	51.7%	39.7%	63.2%
P. A. de Diaca	25.3%	28.6%	22.2%	26.6%	34.8%	19.0%	48.0%	36.6%	58.8%
P. A. de Mbau	19.9%	24.7%	15.2%	27.1%	34.7%	19.9%	53.0%	40.6%	64.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A análise do nível de ensino frequentado pela população que actualmente atende a escola, revela uma concentração significativa no nível primário de ensino.

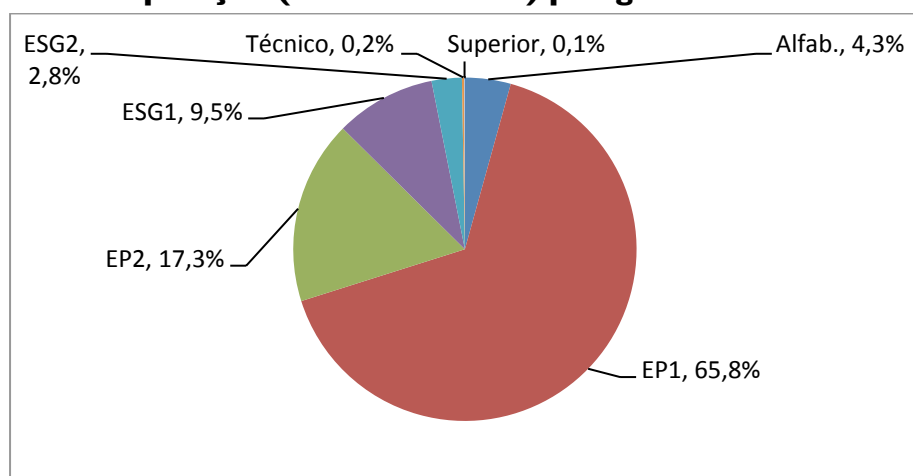
Quadro 15. População de 5 anos ou mais, por nível de ensino

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							
	Total	AEA	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Técnico	Superior
TOTAL	100.0%	4.3%	65.8%	17.3%	9.5%	2.8%	0.2%	0.0%
5 - 9 anos	100.0%	0.3%	99.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
10 - 14 anos	100.0%	0.3%	85.1%	13.2%	1.3%	0.0%	0.0%	0.0%
15 - 19 anos	100.0%	1.4%	44.8%	35.7%	16.2%	1.7%	0.1%	0.0%
20 - 24 anos	100.0%	6.9%	18.7%	27.1%	33.3%	13.5%	0.2%	0.2%
25 e + anos	100.0%	27.1%	26.0%	18.4%	17.3%	9.8%	1.3%	0.1%
HOMENS	100.0%	3.8%	63.2%	18.7%	10.6%	3.4%	0.2%	0.0%
MULHERES	100.0%	4.9%	69.3%	15.4%	8.0%	2.1%	0.2%	0.0%

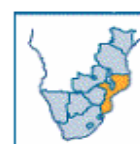
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos; ESG2 - 11º e 12º Anos; ET – Ensino técnico; CFP – Curso de formação de professores; AEA -Alfabetização e educação de adultos.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 5. População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.



Um aspecto importante é a observação das taxas de escolarização bruta e líquida. A *primeira taxa* calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino (independentemente da idade) pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para o referido nível¹⁵. Para calcular a *segunda taxa*, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para o nível pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Estas são as medidas mais comuns para estimar o desenvolvimento quantitativo do sistema educativo.

Quadro 16. Taxas de escolarização

Taxas de escolarização	Taxa Bruta de Escolarização			Taxa Líquida de Escolarização		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
EP1	100.4	110.3	90.6	43.7	45.9	41.6
EP2	92.9	108.3	75.7	6.5	7.9	4.9
ESG1	34.6	43.8	25.3	2.5	2.9	2.1
ESG2	16.6	22.5	10.6	0.5	0.7	0.3

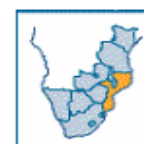
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007

Como se pode observar, a taxa bruta de escolarização do Ensino Primário do 1º Grau é de 100%, o que indica um elevado nível de cobertura escolar neste nível. Atendendo a que a idade ideal para frequentar o EP1 é de 6 a 10 anos (para terminar este nível sem nenhuma reprovação), este indicador acima dos 100% reflecte a entrada tardia na escola, a reprovação e desistência escolar, levando a que exista um elevado número de alunos no EP1, com idades superiores a 10 anos.

Efectivamente, a taxa líquida de escolarização no EP1 confirma aquele facto ao indicar que 44% das crianças de 6 a 10 anos frequentam o nível de ensino correspondente a sua idade, neste caso o EP1, e que somente 7% das crianças de 11 a 12 anos frequentam o nível de ensino correspondente a idade, o EP2. Em geral, os rapazes apresentam melhores indicadores.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socioeconómicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por baixas taxas de aproveitamento e altas taxas de desistência em algumas localidades do distrito, devido ao facto de haverem muitos casamentos prematuros e emigração de jovens.

¹⁵EP1 – 6 a 10 anos; EP2 – 11 a 12 anos; ESG1 – 13 a 15 anos; ESG2 – 16 a 17 anos; Superior – 18 a 22 anos.



Quadro 17. Escolas, alunos e professores, 2011

NÍVEIS DE ENSINO E POSTOS ADMINISTRATIVOS	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	49			118	469
EP1	29			87	286
EP2	19			20	112
ESG I	1			7	52
ESG II	1*			4	19

Fonte: SDEJT

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos. * Mesma escola do ESG I.

Em termos de grau de ensino concluído, constata-se que do total de população com 10 anos ou mais de idade, 20% concluiu algum nível de ensino, na sua maioria o nível primário.

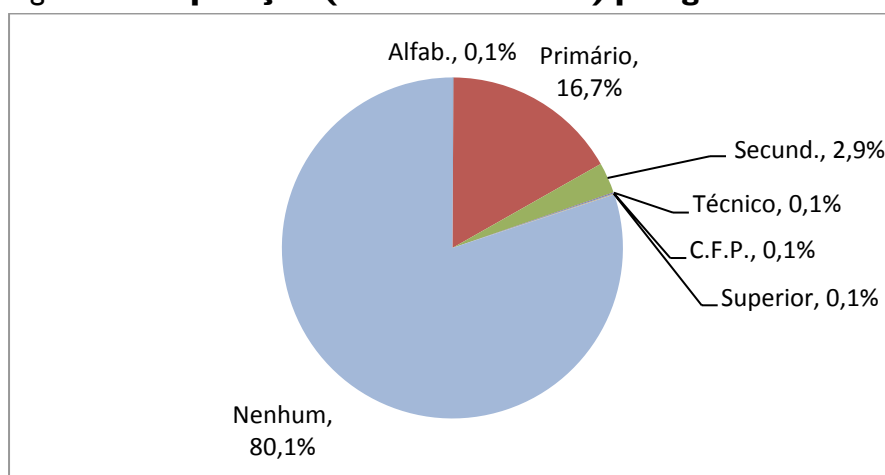
Funcionam no distrito 43 Centros de Alfabetização e Educação de Adultos, dos 45 planificados. O não cumprimento do plano e o decréscimo dos efectivos escolares, deveu-se às constantes deslocações das populações para as zonas de produção.

Quadro 18. População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído

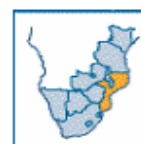
	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
TOTAL	19.9%	0.1%	16.7%	2.9%	0.1%	0.1%	0.1%	80.1%
10 - 14 anos	11.5%	0.0%	11.3%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	88.5%
15 - 19 anos	33.0%	0.0%	31.0%	2.0%	0.0%	0.0%	0.0%	67.0%
20 - 24 anos	30.4%	0.1%	24.9%	5.4%	0.1%	0.0%	0.0%	69.6%
25 - 29 anos	21.6%	0.2%	16.7%	4.4%	0.1%	0.1%	0.1%	78.4%
30 e + anos	15.5%	0.2%	12.0%	3.0%	0.1%	0.1%	0.1%	84.5%
HOMENS	28.5%	0.1%	23.4%	4.6%	0.1%	0.1%	0.1%	71.5%
MULHERES	11.8%	0.1%	10.3%	1.3%	0.1%	0.0%	0.0%	88.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 6. População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.



4.2.3.2 Cultura

O distrito conta com 110 grupos culturais, com um total de 2.750 membros. As principais manifestações culturais do distrito são as danças, de que se destacam: O Mapiko, Tufu, Manganhamo, Damba, Mabanzura, Nzobe, Nchaila e o canto coral.

No que concerne à conservação do património cultural, o distrito possui:

- 13 locais e monumentos históricos devidamente identificados;
- Mesquitas: Central, Selemane Dade, Nze Nkayabu, Nze Fundi, Nze Mataka, Nze Abuchir
- Paróquia da Imaculada Conceição
- 5 Praças.

Relativamente aos rituais tradicionais, no distrito predominam os seguintes:

- Preparação de bebidas tradicionais;
- Ritos de iniciação, masculino e feminino;
- Casamentos da religião muçulmana denominados *Arussi*; e
- Ritos de reconhecimento e empossamento de líderes tradicionais.

Constituem ainda património cultural, as línguas Kimwani, Shimakonde, Makwé e Yaos e, ainda, contos e fábulas contemporâneas.

O Distrito possui 4 associações juvenis, das quais 3 formais, com um universo de 48 membros. O Distrito possui 5 campos desportivos e um Clube, 2 campos polivalentes, perfazendo um total de 8 infraestruturas desportivas. As modalidades mais praticadas no Distrito são: Futebol de "onze", voleibol, ludo, futsal e cewe. O distrito conta com 1 associação desportiva formalmente registada com 23 membros, e 5 associações informais constituídas por 115 membros.

4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) assegurar o funcionamento das unidades sanitárias e incentivar a medicina tradicional; (b) promover acções de apoio e protecção da criança, da pessoa portadora de deficiência e do idoso; (c) desenvolver acções de prevenção da violência doméstica e de abuso de menores; e (d) promover a igualdade e equidade do género.



4.2.4.1 Saúde

A rede de saúde do distrito inclui 5 unidades sanitárias (1 hospital rural e 4 centros de saúde de II) e, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 20.400 mil pessoas;
- Um médico por cada 51 mil habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.073 residentes no distrito.

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

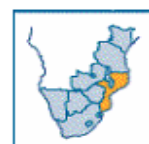
Quadro 19. Indicadores de cuidados de saúde, 2011

Indicadores	
Partos	4.080
Vacinação	25.961
Saúde materno-infantil	29.039
Consultas externas	82.061
Taxa de baixo peso à nascença	16,3%
Taxa de mau crescimento	14%
<i>Fonte: SDSMAS</i>	

De referir ainda a existência de vários programas de cuidados de saúde primários a vários níveis que denotam uma evolução positiva nos últimos anos, nomeadamente:

- Saúde ambiental: Esta actividade está sendo realizada em todas as unidades sanitárias, bem como em brigadas móveis e nos locais de interesse público
- Saúde Ocupacional: Realizadas visitas de trabalho as empresas para vacinação aos trabalhadores, bem como a todos os outros que manipulam géneros alimentícios
- Saúde reprodutiva
- Saúde Infantil, Nutrição, Saúde Escolar
- Suplementação de Vitamina ‘A’
- Programa alargado de vacinação
- Saúde Mental.

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.



Quadro 20. Quadro epidémico

Indicador	Casos Notificados			Óbitos Notificados		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Sarampo	2	0	0	0	0	0
Tétano	0	0	0	0	0	0
Diarreia	4535	1589	1505	1	5	4
Paralisia Flácida Aguda	2	2	0	0	0	0
Tosse Convulsa	0	0	0	0	0	0
Raiva	0	0	0	0	0	0
Disenteria	725	387	210	0	0	0
Peste	0	0	0	0	0	0
Poliomielite	0	0	0	0	0	0
Cólera	281	0	0	6	0	0
Hepatite B	0	0	0	0	0	0
Meningite	0	0	0	0	0	0
Malária	18311	6051	8387	10	13	16

Fonte: SDSMAS

Apesar das inúmeras actividades que estão a ser levadas a cabo na divulgação de medidas preventivas no seio das comunidades, os casos tendem a aumentar, comparativamente ao ano anterior.

Quadro 21. HIV/SIDA

Programa indicador	Real 201	Real 2011
Nº de casos notificados com ITS	2253	2369
Nº de casos de seropositivos	2020	2800
Nº de beneficiários de TARV	1408	1813
Nº de pessoas que aderiram a testagem	2872	2411
Nº de pessoas vivendo com HIV/Sida assistidas no domicílio	87	108
Nº de óbitos registados	16	11

Fonte: SDSMAS

4.2.4.2 Acção Social

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 2007, cerca de 3.600 órfãos (na sua maioria órfãos de pai e entre os 10 e 14 anos de idade) e cerca de 2.600 pessoas portadoras de deficiência (94% com debilidade física e 6% com doenças mentais).



Quadro 22. População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007

	População 0-14 anos	Órfão de:			
		Total	Mãe	Pai	Pai e Mãe
Total	100.0%	9.9%	3.2%	5.9%	0.8%
- Homens	100.0%	9.8%	3.2%	5.9%	0.8%
- Mulheres	100.0%	9.9%	3.2%	5.8%	0.9%
Grupos etários:					
- 0 a 4 anos	100.0%	4.2%	1.3%	2.7%	0.3%
- 5 a 9 anos	100.0%	10.2%	3.3%	6.2%	0.8%
- 10 a 14 anos	100.0%	18.7%	6.3%	10.8%	1.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 23. População deficiente, 2007

Grupos de Idade	População Total	Sem Deficiência	Com deficiência		
			Total	Física	Mental
Total	100.0%	97.1%	2.9%	2.8%	0.2%
0 - 14	100.0%	99.0%	1.0%	0.9%	0.1%
15 - 44	100.0%	97.5%	2.5%	2.3%	0.2%
45 e mais	100.0%	91.6%	8.4%	8.3%	0.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

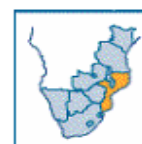
A tabela seguinte apresenta a distribuição percentual das 2.600 pessoas portadoras de deficiência, segundo a causa.

Quadro 24. População portadora de deficiência, segundo a causa

	TOTAL	Física	Mental
Total	100.0%	100.0%	100.0%
À nascença	16.7%	15.7%	36.0%
Doença	57.0%	57.3%	53.2%
Minas/Guerra	5.2%	5.4%	1.4%
Serviço Militar	2.8%	3.0%	0.7%
Acidente de Trabalho	6.1%	6.4%	0.0%
Acidente de Viação	2.3%	2.3%	1.4%
Outras	9.8%	9.9%	7.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, toxicodependentes e regressados.



Tem existido coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Quadro 25. Indicadores de Atendimento ao Idoso

Indicador	2009	2010	2011
CENTROS DE TRANSITO			
Nº de Centros	0	0	1
Nº de deficientes atendidos	260	500	800
ATENDIDOS BASEADOS NA COMUNIDADE			
Nº de pessoas Identificadas	600	700	400
Nº de pessoas acompanhadas	675	884	1.200
Nº de crianças integradas em Escolas	50	47	100
Nº de activistas capacitados	2	2	4
CENTRO DE APOIO A VELHICE			
Nº de Centros	0	1	1
Nº de Idosos atendidos	164	884	1.600

Fonte: SDSMAS

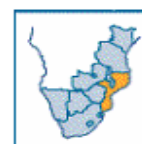
4.2.4.3 Género

O distrito tem uma população estimada de 102 mil habitantes - 52 mil do sexo feminino - sendo 7% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

No distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de associações, organizações não governamentais e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

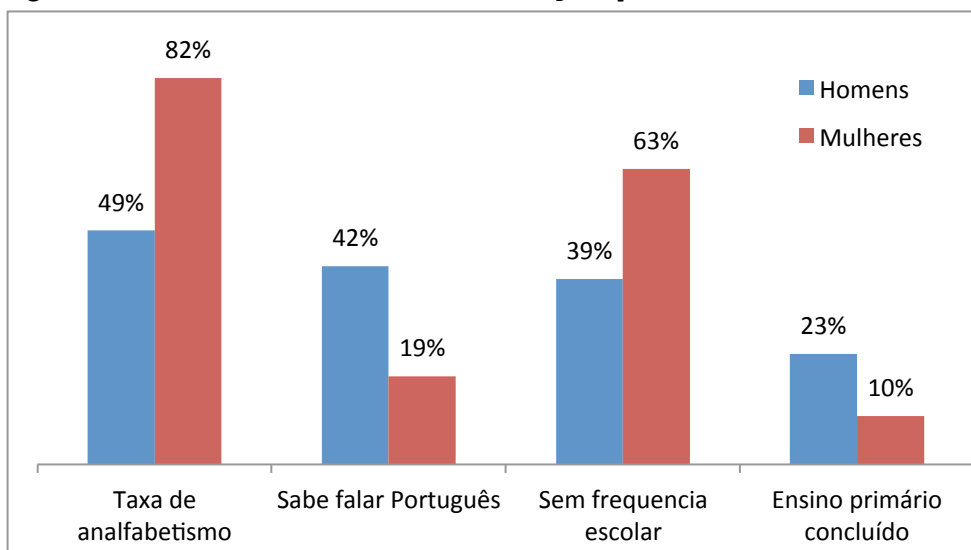
Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Tendo o Kimwani e o Shimakonde como línguas maternas dominantes, 19% das mulheres do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (42%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 82%, sendo de 49% no caso dos homens.



Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 63% nunca frequentaram a escola (no caso dos homens só 39% nunca estudaram) e 10% concluíram o ensino primário (no caso dos homens, 23% terminaram o primário).

Figura 7. Indicadores de escolarização por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No que diz respeito ao acesso a novas tecnologias também se verifica um desequilíbrio entre sexos, como se pode deduzir da tabela seguinte.

Quadro 26. Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)

	Número de pessoas que usou:		% de pessoas c/ Telemóvel
	Computador	Internet	
Total	0.3%	0.1%	4.9%
- Homens	0.5%	0.2%	7.6%
- Mulheres	0.1%	0.0%	2.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No tocante a actividade económica, de um total em 2012 de 52 mil mulheres, 32 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos), das quais 20 mil são economicamente activas¹⁶. A população não economicamente activa de mulheres com 15 anos ou mais (37%) é constituída principalmente por senhoras domésticas (19%) e estudantes a tempo inteiro (8%). O nível da participação no trabalho das mulheres (63%) é inferior ao dos homens (71%).

¹⁶Segundo recomendações internacionais, a PEA é considerada como a população que participa na actividade económica e que tenha 15 anos de idade e mais. Dito por outras palavras, a PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez.

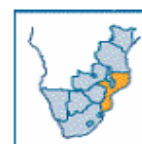
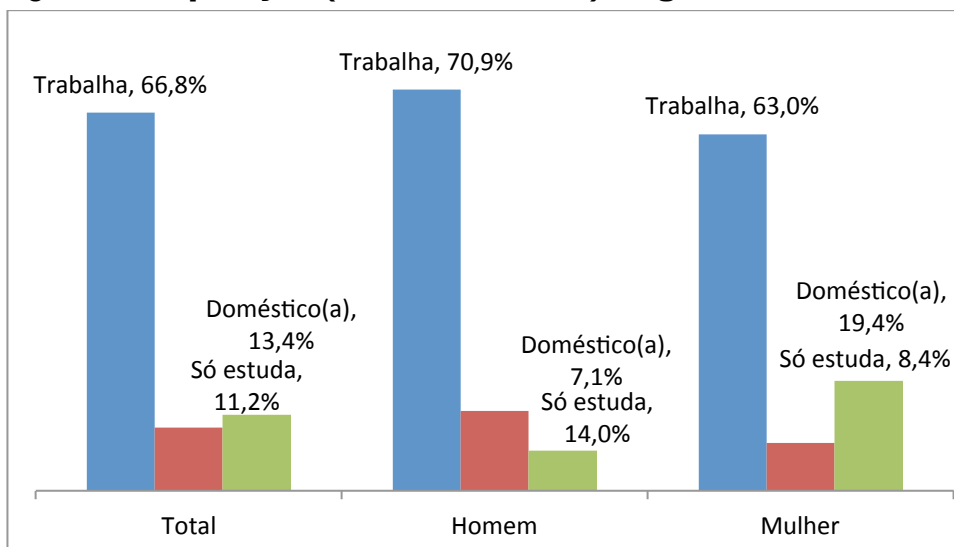


Figura 8. População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo

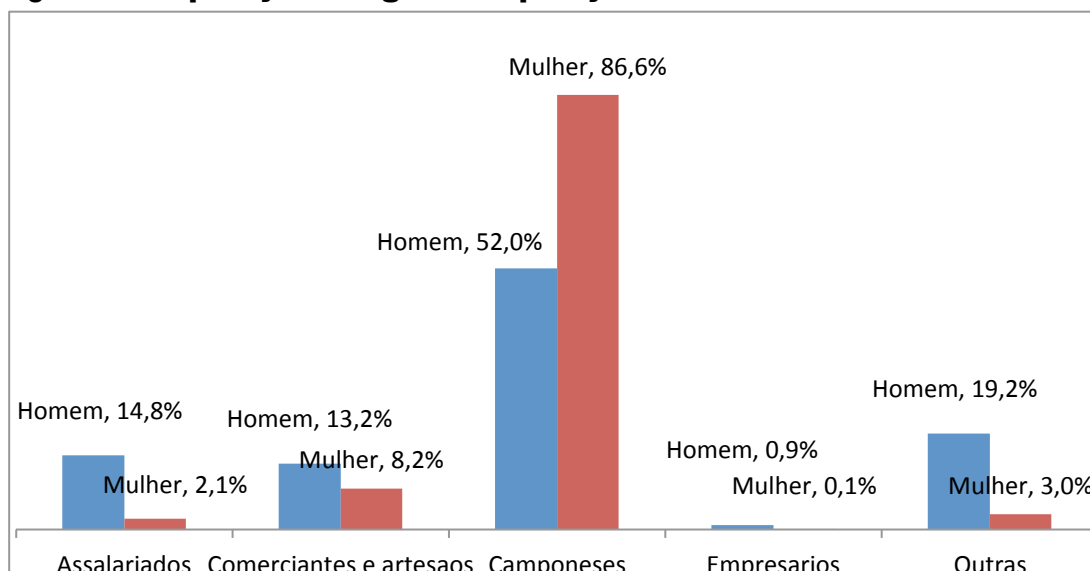


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição das mulheres economicamente activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- ✚ Cerca de 87% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- ✚ 8% são comerciantes, artesãs, ou empresárias; e
- ✚ As restantes 5% são, na maioria, trabalhadoras do sector de serviços, incluindo empregadas do sector comercial formal e informal.

Figura 9. População¹⁷ segundo a posição no trabalho e sexo



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

¹⁷ Com 15 anos ou mais.



4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) elaborar propostas de Plano de Estrutura e de Ordenamento Territorial; (b) promover a construção de fontes de abastecimento de água potável bem como a gestão dos respectivos sistemas de abastecimento; (c) assegurar, em colaboração com outras entidades, a disponibilidade do sistema de fornecimento de energia eléctrica e a promoção do aproveitamento energético dos recursos hídricos e uso de energias renováveis; (d) assegurar a reabilitação, manutenção das estradas não classificadas, pontes e outros equipamentos de travessia; (e) promover a construção, manutenção e reabilitação de infraestruturas e edifícios públicos, bem como de valas de irrigação, jardins públicos, infraestruturas desportivas e parques de estacionamento; (f) promover o uso da bicicleta e da tracção animal; (g) elaborar propostas de gestão ambiental; e (g) garantir a prestação dos serviços públicos tais como cemitérios, matadouros, mercados e feiras, limpeza e salubridade, iluminação pública, jardins campos de jogos e parques de diversão.

4.2.5.1 Ordenamento Territorial

Para 2011 foram mobilizados, adquiridos e transportados 400 marcos para ordenamento territorial no posto Administrativo de Diaca, correspondentes a 95 talhões, faltando a alocação de técnicos para o seu parcelamento.

Em 2011, o Distrito demarcou 30 talhões no Posto sede, 15 no Posto Administrativo de Diaca e 8 no Posto Administrativo sede, com um índice de 12,5%, 15,5% e 5,33%, respectivamente. O maior crescimento, de 96,9%, registou-se no Posto Administrativo sede, pelo facto de ser onde se regista uma maior procura.

4.2.5.2 Infraestruturas

Em 2011, o Distrito planificou a construção de 8 casas para funcionários, tendo realizado 25% do plano.

Relativamente aos edifícios, o Distrito reabilitou 5 Residências, nomeadamente: a residência Oficial do Administrador do Distrito; residência do Secretário Permanente Distrital; residência do Técnico Superior; residência do Chefe do Posto Administrativo de Diaca e a Casa de hóspedes, tendo cumprido 100% do plano e registado um crescimento de 150%, quando comparado com o ano anterior.



4.3 Finanças Públicas e Investimento

O financiamento do funcionamento dos Governos Distritais e das funções para eles descentralizadas é assegurado por via de:

- (i) Receitas próprias¹⁸ que provém da comparticipação das receitas fiscais e consignadas ao nível Distrital e as correspondentes taxas, licenças e serviços cobrados pelo Governo Distrital; e
- (ii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas correntes;
- (iii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas de investimento (Fundo de Desenvolvimento Distrital, Fundo de Investimento em Infraestruturas);
- (iv) Fundos Sectoriais Descentralizados, nomeadamente dos sectores de águas, estradas, educação e agricultura;
- (v) Donativos provenientes de ONGs, cooperação internacional ou entidades privadas.

O Governo Distrital teve em 2011 a seguinte execução orçamental.

Quadro 27. Execução orçamental (em '000 MT)

Rubricas	2011
DESPESA TOTAL	110.239
Despesa corrente	94.061
- Despesas com pessoal	74.900
- Bens e serviços	17.786
- Outros gastos materiais	1.375
Despesa de Investimento	16.178
- Fundo de desenvolvimento distrital	7.547
- Fundo de investimentos em infraestruturas	8.631
- Fundos sectoriais descentralizados	s.i.

Fonte: GD-SD e Ministério das Finanças, Conta Geral do Estado, 2011.

¹⁸ Receitas próprias do distrito provenientes de serviços e licenças cobradas fora do território das autarquias locais são: (a) utilização do património público sob gestão do distrito; (b) ocupação e aproveitamento do domínio público e aproveitamento de bens de utilidade pública; (c) pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização; (d) loteamento e execução de obras particulares; (e) realização de infraestruturas simples; (f) ocupação da via pública por motivo de obras e utilização de edifícios; (g) exercício da actividade de negociante e comércio a título precário; (h) ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras; (i) autorização de venda ambulante nas vias e recintos públicos; (j) aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição; (k) autorização para o emprego de meios de publicidade destinados a propaganda comercial; (l) licenças de pesca artesanal marítima e em águas interiores; (m) licenças turísticas nos termos de legislação específica; (n) licenças para a realização de espectáculos públicos; (o) licenças de caça e abate; (p) licenças e taxas de velocípedes com ou sem motor; (q) estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinados; (r) utilização de instalações destinadas ao conforto, comodidade ou recreio público; (s) realização de enterros, concessão de terrenos e uso de instalações em cemitérios.

Constituem ainda receitas do distrito as taxas e tarifas por prestação dos serviços, nos casos em que os órgãos do distrito tenham sob sua administração directa, a prestação de serviço público: (a) abastecimento de água; (b) fornecimento de energia eléctrica; (c) utilização de matadouros; (d) recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos de particulares e instituições; (e) ligação, conservação e tratamento dos esgotos; (f) utilização de infraestruturas de lazer e gimno-desportivas; (g) utilização de latrinas públicas; (h) transportes urbanos; (i) construção e manutenção de ruas privadas; (j) limpeza e manutenção de vias privadas; (k) utilização de tanques carracidas; (l) registos determinados por lei.



No âmbito do investimento de iniciativa local (vulgo 7 milhões) o Governo Distrital implementou 74 projectos locais de desenvolvimento em 2011, dos quais 35 para produção de comida e 39 para geração de emprego e rendimento. Por outro lado, o número de postos de trabalho criados por estes projectos foi de 450.

4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública

Durante 2011, foram registados 45 casos de delito comum contra 38 em igual período do ano de 2010, o que representa uma subida de 7 casos. Dos casos registados, 39 foram esclarecidos, o que corresponde a 86,6% de resposta policial.

Registou-se uma subida de casos de violação de menores e mulheres, de 04 a 15 anos de idade, tendo-se passado de 12 casos em 2010 para 18 casos em 2011.

Foram fiscalizadas 345 viaturas e passadas 902 multas, contra 912 do período anterior.

Foram registados 13 acidentes de viação com um balanço de 12 vítimas mortais.

Durante o ano foram emitidos 3.300 Bilhetes de identidade e cobrada uma receita de 577.500,00Mts para os cofres do Estado, contra 56.000,00Mts de igual período do ano 2010.

As minas constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

4.5 Constrangimentos e Perspectivas

No geral, de acordo com o Governo Distrital, são os seguintes os *principais constrangimentos* observados durante a governação dos últimos anos:

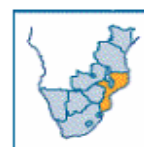
- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infraestruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e



- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.
- Não realização de algumas actividades devido ao atraso na recepção de fundos por parte da AACID e à chegada tardia dos novos técnicos extensionistas;
- Falta de meios para alguns sectores deste Serviço;
- Disponibilização tardia de fundos para a manutenção dos meios circulantes;
- Trabalho deficiente dos CCP's no registo dos pescadores, que não facilita o esboço das metas a atingir no licenciamento da pesca artesanal ao nível do Distrito;
- Falta de informações referentes à movimentação de pescadores;
- Dosagens erradas usadas pelos operadores dos atomizadores, prejudicam a produção de algumas plantas;
- Falta de senha mineira para o pagamento das taxas pelos operários;
- Falta de um Edifício apropriado para o funcionamento do SDPI;
- Falta de meios circulantes e de equipamento informático para fazer face à actual dinâmica do serviço;
- Insuficiência de pessoal qualificado;
- Insuficiência de água potável nas Comunidades;
- Insuficiência de recursos humanos;
- Atraso no início das obras de construção do Hospital Rural;
- Falta de uma Unidade Sanitária do tipo II na aldeia Marere.

As perspectivas do governo distrital são de:

- Em coordenação com as Direcções Provinciais, encontrar alternativas para alocar meios aos sectores necessitados;
- Intervir no sentido de disponibilizar atempadamente os fundos para a manutenção de meios circulantes.
- Os conselhos comunitários de pesca devem envidar esforços no sentido de fazerem a fiscalização e o registo de pescadores e das artes de pesca, de modo a permitir o devido licenciamento das mesmas, sendo que este trabalho também exige o envolvimento dos técnicos das pescas afectos no SADE;



- Os CCPs devem fornecer, com regularidade, os dados referentes à movimentação dos pescadores (emigrações e imigrações).
- Continuar a instruir e a aconselhar sobre o manuseamento e uso de agroquímicos e atomizadores.
- Negociar com alguns parceiros a construção de um edifício apropriado para o funcionamento do Serviço.
- Dotar o serviço com meios humanos, equipamento e meios circulantes, por forma a responder à demanda cada vez maior por estes serviços;
- Lançar concursos para a admissão de mais pessoal, de modo a preencher as lacunas existentes;
- Intensificar os contactos para a construção do centro de saúde rural tipo II em Marere e Maculo;
- Garantir uma boa gestão dos fundos alocados pelos parceiros;
- Manter contactos regulares com as autoridades comunitárias;
- Melhorar a planificação dos circuitos das brigadas móveis;
- Supervisar as parteiras tradicionais e APEs;
- Intensificar a formação contínua do pessoal de apoio em diversas matérias;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

ONG	Área	Actividade
COWATER	Planeamento e Infraestruturas	Abertura de furos de água nas Comunidades
Fh	Saúde	Sensibilização das comunidades sobre Saúde Nutricional
	Agricultura	Serviços de Extensão Rural e Poupança Crédito Rotativo
	Secretaria Distrital	Sensibilização e capacitação dos líderes comunitários e dos conselhos consultivos (CDAs)

Fonte: Secretaria Distrital



5 Actividade Económica

5.1 População economicamente activa

De um total em 2012 estimado de 102 mil habitantes, 62 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos).

Quadro 28. População segundo a condição de actividade¹⁹

	Total	Homens	Mulheres
Total	61,580	29,815	31,764
Trabalhou	63.9%	67.8%	60.4%
Não trabalhou, mas tem emprego	1.0%	1.2%	0.8%
Ajudou familiares	1.9%	1.9%	1.9%
Procurava novo emprego	0.0%	0.0%	0.0%
Procurava emprego pela 1ª vez	0.2%	0.3%	0.1%
População economicamente activa²⁰	67.0%	71.2%	63.1%
Doméstico(a)	13.4%	7.1%	19.4%
Somente estudante	11.2%	14.0%	8.4%
Reformado(a)	0.6%	0.6%	0.6%
Incapacitado(a)	4.0%	3.2%	4.7%
Outra	3.8%	3.8%	3.7%
População não activa	33.0%	28.8%	36.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Verifica-se que 67% da população de 15 anos ou mais (41 mil pessoas) constituem a população economicamente activa (PEA) do distrito. O nível da participação masculina na PEA é superior à feminina: 71% contra 63%.

A população não economicamente activa (33%) é constituída principalmente por mulheres domésticas e estudantes a tempo inteiro.

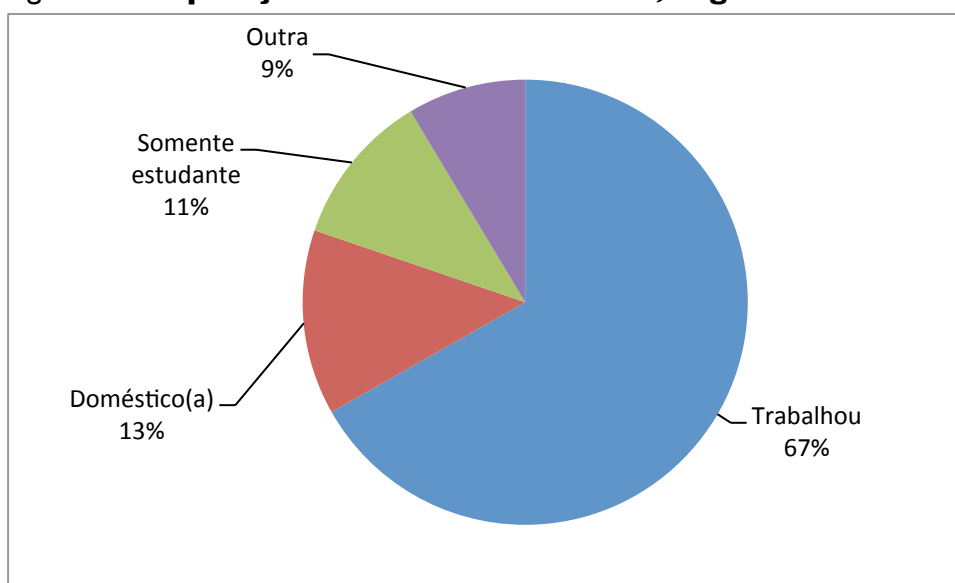
¹⁹Referido a situação na semana anterior a realização do Censo 2007.

²⁰Segundo recomendações internacionais, a PEA é a população que participa na actividade económica com 15 anos de idade e mais.

A PEA compreende, pois, as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. A análise da PEA que é apresentada nesta secção seguiu esta recomendação.



Figura 10. **População com 15 anos ou mais, segundo a actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição da população economicamente activa indica que 69% são camponeses por conta própria, na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é de 9% da população activa e é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam 2% da população activa feminina e 14% no caso dos homens).

Quadro 29. **População activa²¹, ocupação e ramo de actividade, 2007**

RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes & Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	100.0%	8.6%	2.0%	1.1%	5.6%	10.8%	68.9%	0.5%	11.3%
- Homens	100.0%	14.8%	3.2%	1.8%	9.8%	13.2%	52.0%	0.9%	19.2%
- Mulheres	100.0%	2.1%	0.7%	0.3%	1.2%	8.2%	86.6%	0.1%	3.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	100.0%	1.3%	0.0%	0.0%	1.2%	0.0%	86.3%	0.2%	12.2%
Indústria, energia e construção	100.0%	92.6%	0.7%	0.3%	91.6%	0.2%	0.5%	0.2%	6.5%
Comércio, Transportes e Serviços	100.0%	21.7%	11.9%	6.4%	3.4%	67.3%	0.9%	2.0%	8.1%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

²¹Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

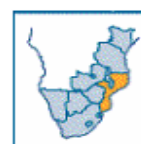
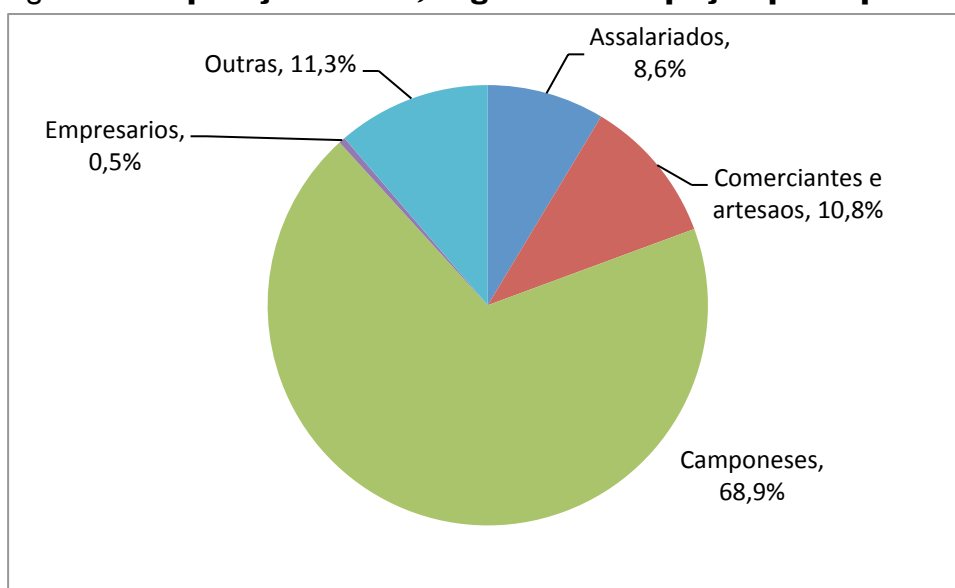


Figura 11. **População activa, segundo a ocupação principal**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição segundo o ramo de actividade reflecte que a actividade dominante no distrito é agrária, que ocupa 80% da população activa do distrito. O comércio e outros serviços tem tido uma importância crescente, ocupando já 16% da população activa do distrito.

Quadro 30. **População activa²², ocupação e ramo de actividade, 2007**

RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes e Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
- Homens	51.2%	87.9%	83.3%	88.1%	89.5%	62.8%	38.7%	93.5%	87.0%
- Mulheres	48.8%	12.1%	16.7%	11.9%	10.5%	37.2%	61.3%	6.5%	13.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	79.6%	12.1%	1.4%	3.1%	17.5%	0.3%	99.8%	29.4%	86.0%
Indústria, energia e construção	4.4%	47.8%	1.6%	1.3%	72.9%	0.1%	0.0%	1.8%	2.6%
Comércio, Transportes e Serviços	15.9%	40.1%	97.0%	95.6%	9.6%	99.6%	0.2%	68.8%	11.5%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

²²Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

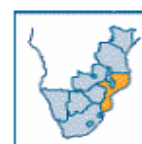
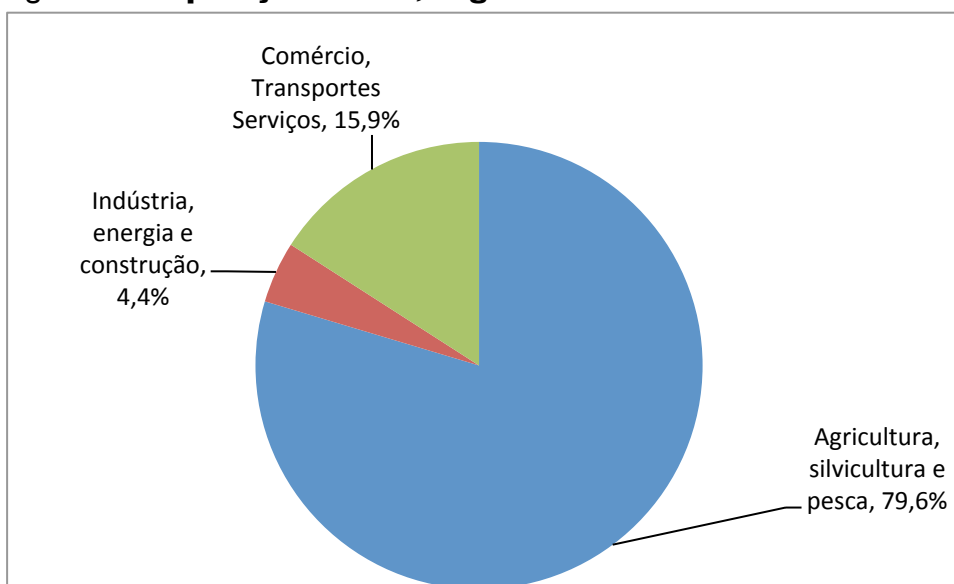


Figura 12. **População activa, segundo o ramo de actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

5.2 Pobreza e Segurança Alimentar

Este distrito apresenta uma forte redução no Índice de Incidência da Pobreza²³ desde um nível de 58% em 1997 para 38% no ano de 2007²⁴.

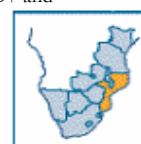
Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

²³O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

²⁴Relatório da Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Outubro de 2010 (District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 Based on consumption adjusted for calorie underreporting).



Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

5.3 Infraestruturas de base

O acesso terrestre ao distrito é dificultado pelo estado das vias rodoviárias. No entanto ele possui um porto com algumas facilidades e um bom aeroporto que o tornaria, teoricamente, mais acessível. A pista principal do aeroporto permite a aterragem de aeronaves de certa dimensão. Informações não confirmadas indicam que a pista principal é maior ou igual à existente na cidade capital de Pemba.

Mocimboa da Praia beneficia de uma rede de estradas construídas para estabelecer ligação com a região compreendida entre os Distritos de Palma, Nangade, Mueda, Muidumbe e Macomia. Estas encontram-se, na sua maioria, em elevado estado de degradação, sendo algumas delas praticamente intransitáveis.

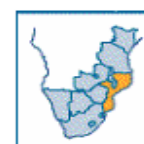
Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra estruturas não é suficiente, sendo que a rede de estradas e pontes se torna intransitável na época das chuvas.

O Distrito possui 525 Km de estradas, dos quais 340 km se encontram intransitáveis.

Quadro 31. Rede de estradas

Indicador	Km	Transitáveis	Não transitáveis
Estradas classificadas			
Secundárias	65	65	00
Terciárias	80	80	00
Sub Total	145	145	00
Estradas não Classificadas	380	40	340
Sub Total	380	40	340
Total	525	185	340

Fonte: SDPI



De acordo com a tabela acima, verifica-se que a maior parte das estradas não classificadas, se encontra intransitável, principalmente no Posto Administrativo de Mbau e, mais concretamente, a estrada que liga Mbau-sede à Localidade de Marere.

O mesmo acontece no Posto sede, com a estrada que liga Namalala e a faixa costeira de Nsangue, Maculo, Celula e Cabaceira.

O Porto de Mocímboa da Praia é subutilizado. Em anos anteriores, as empresas madeireiras utilizavam-no para o escoamento de toros de madeira. Embora tenha recebido beneficiações no canal de acesso, a utilização continua sendo diminuta.

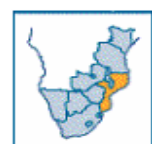
Face à proximidade com a Tanzânia e as dificuldades de acesso rodoviário dos Distritos fronteiriços de Palma, este Distrito tem servido de embarque/desembarque de mercadoria proveniente da Tanzânia. Através deste, o comércio é alimentado de mercadorias diversas.

O aeroporto, construído antes de 1972, possui uma pista asfaltada que é uma das maiores da região Norte. A pista principal, uma das duas existentes neste aeroporto, possui uma extensão aproximada de 2.000 metros (suficiente para aterragens de aviões comerciais do tipo Boeing 737 ou militares supersónicos, do tipo MIG). A mesma apresenta sinais de degradação.

No Distrito da Mocimboa da Praia, o acesso à água potável continua a ser uma questão crítica a merecer a devida atenção. Muitas comunidades ainda não têm acesso a uma fonte de água melhorada, como seja um poço coberto ou um furo, chegando a caminhar até meio-dia até à fonte da água mais próxima.

A vila é, basicamente, abastecida por um sistema de captação com depósito subterrâneo, cuja capacidade é de 100 m³. A distribuição domiciliária abrange 74 focos do bairro de cimento e os fontenários públicos estão distribuídos pelos seguintes bairros: Milamba 3, Unidade 4, Pamunda 3 e Nanduadua 4.

É de salientar que a água distribuída não é previamente tratada, pois o sistema de tratamento encontra-se em estado obsoleto. O abastecimento de água às populações do distrito de Mocímboa da Praia é feito através dos rios, lagos, riachos poços e furos. Esta situação é preocupante, se atentarmos para a agravante de grande parte da rede de furos estar inoperacional.



Quadro 32. **Abastecimento de água**

Posto Administr.	Total de Furos	Operacionais	Não Operacionais	Total de Poços	Operacionais	Não Operacionais
Diacá	30	13	17	26	24	2
Sede	115	88	27	35	30	5
Mbau	44	21	23	15	11	4
Total	205	122	83	76	65	11

Fonte: SDPI

- O Distrito possui 244 fontes de água, das quais 224 operacionais e 20 avariadas.
- A cobertura de água no Distrito é de 89%.
- Em funcionamento um pequeno Sistema de abastecimento de água na sede do Posto Administrativo de Diaca;
- Existência de um pequeno sistema de abastecimento de água na comunidade de Malinde;
- O distrito conta com 44 Comités de gestão de água.

As comunicações a nível do Distrito são garantidas pelas redes de telefonia móvel (Mcel Vodacom e Movitel), TDM, telefone fixo, internet, fax e rádios de comunicação. Para garantir a comunicação, foi instalado um nó de fibra óptica na vila sede.

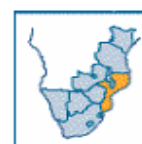
Com a entrada em funcionamento regular da linha da rede nacional da HCB, o distrito passou a beneficiar de uma rede de melhor qualidade.

Quadro 33. **Acesso a energia eléctrica**

Indicador	2009	2010	2011	Taxa Cresc. 10/11
Nº ligações domésticas na Vila Sede	229	79	235	197
Nº Ligações domésticas nos Postos Administrativos	0	0	15	0
Nº de geradores no Distrito	78	109	145	33
Nº de painéis solares	33	78	70	-10
Nº de Casa com contadores na vila sede	-	79	235	197
Nº de Casa com contadores nos Postos Administrativos	0	0	15	0
Nº Bombas de combustível no Distrito	2	3	3	0

Fonte: SDPI

No Distrito aumentou o número de ligações para um total de 250, a maioria das quais na Vila sede.



Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

5.4 Uso e Cobertura da Terra

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

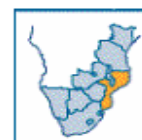
Quadro 34. Uso e Cobertura da Terra

Classe	Área Ha	PCT(%)
Cultivado Sequeiro	12723.09	3.65
Cultivado Irrigado	925.72	0.27
Área Habitacional Semi Urbanizada	54.06	0.02
Área Habitacional Não Urbanizada	510.09	0.15
Zona de Produção e Transporte	57.55	0.02
Solo Sem Vegetação	1086.48	0.31
Formação Herbácea Inundável	10058.37	2.88
Formação Herbácea Inundada	2660.31	0.76
Mangais (localmente degradados)	6502.18	1.86
Formação Herbácea Degradada Inundável	2233.37	0.64
Formação Herbácea	7014.41	2.01
Moita (arbustos baixos)	20836.69	5.98
Matagal Médio	48544.51	13.92
Matagal Aberto	71004.7	20.36
Formação Herbácea Arborizada	81352.25	23.33
Floresta de Baixa Altitude Aberta	83141.8	23.84
Oceano	0.97	0.0
TOTAL	348706.70	100.0

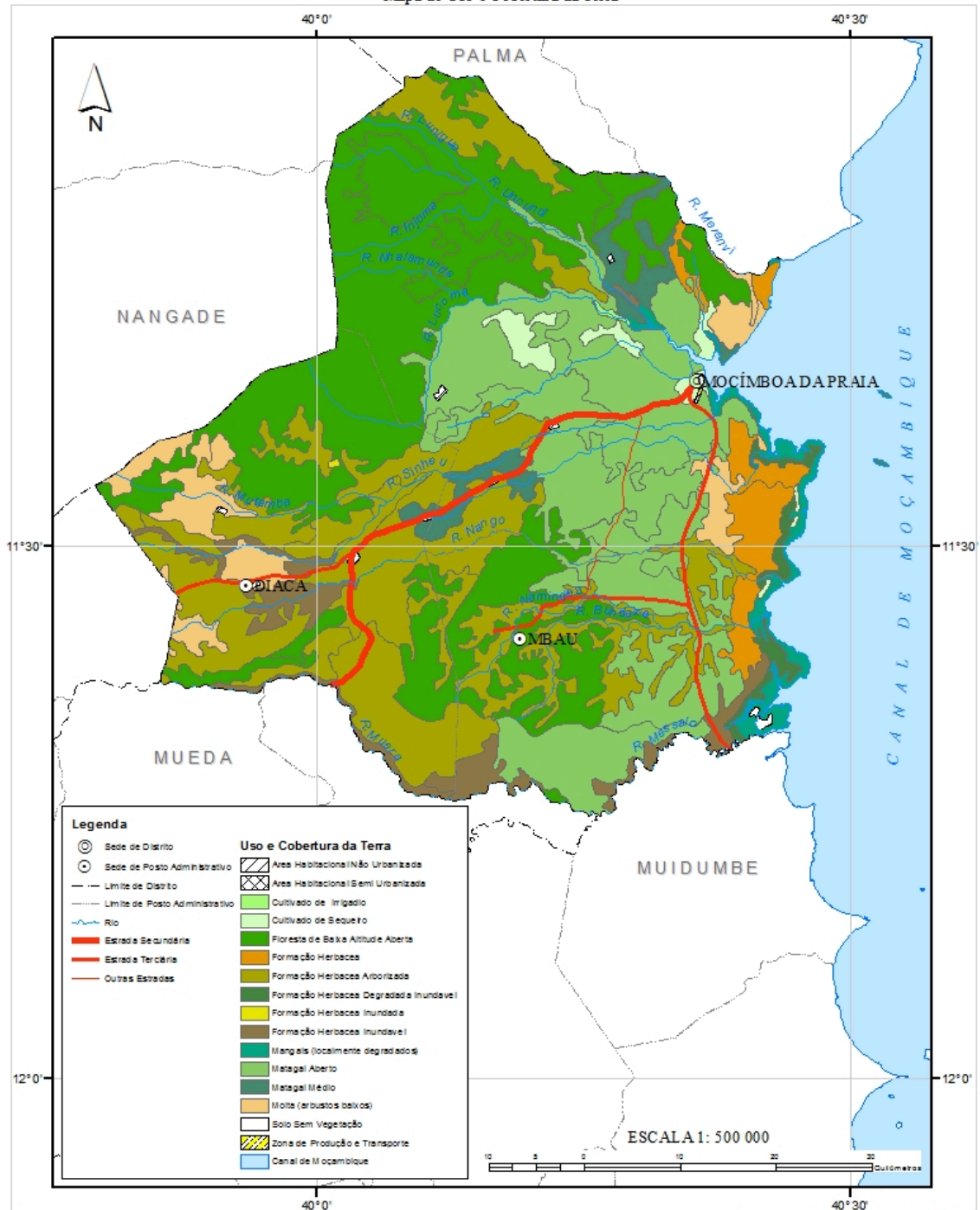
Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção (CENACARTA).

A restante informação desta secção²⁵ foi extraída dos resultados do Censo Agropecuário realizado pelo INE em 2009/10 e tem por objectivo descrever os traços gerais que caracterizam a base agrícola do distrito.

²⁵Apesar das reservas a colocar na representatividade dos dados ao nível distrital, a sua análise permite observar tendências e os principais aspectos estruturais.




MOÇAMBIQUE
 Distrito de Mocimboa da Praia
Mapa de Uso e Cobertura da Terra



Fonte de Dados:
 Base Topográfica Simplificada - CENACARTA - 1999
 Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
 Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

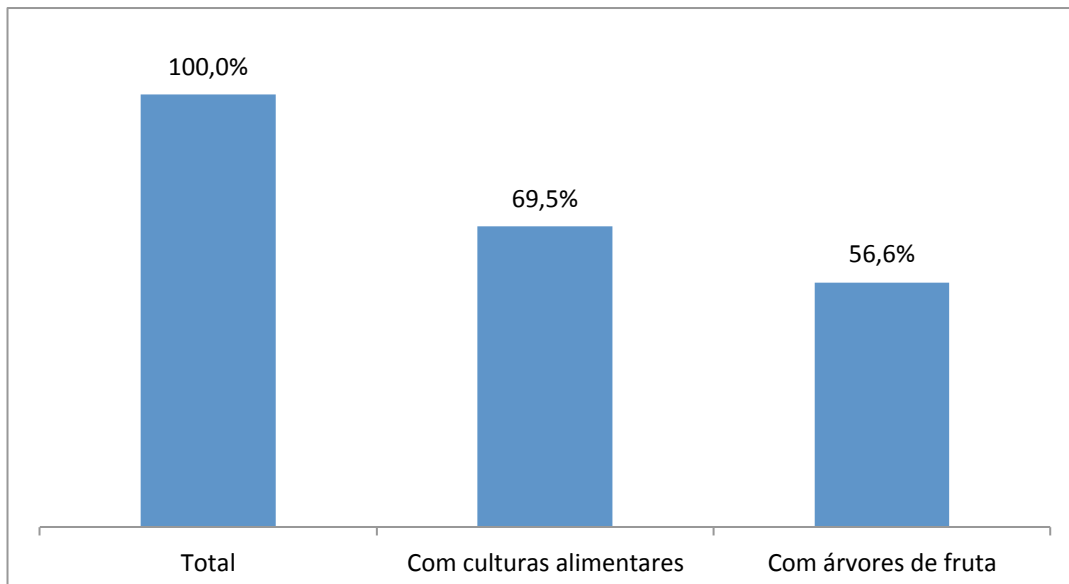
Mocimboa da Praia

PÁGINA 57



O distrito possui cerca de 17 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.2 hectares, sendo 70% ocupadas com a exploração de culturas alimentares.

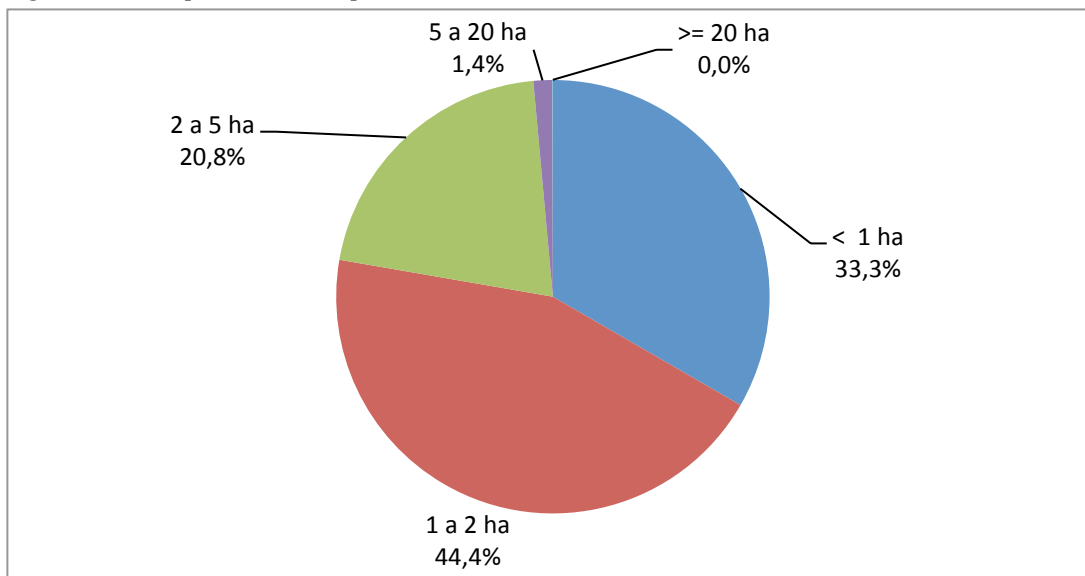
Figura 13. **Explorações segundo a sua utilização**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

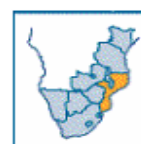
Com um grau de exploração familiar dominante, 78% das explorações do distrito têm menos de 2 hectares.

Figura 14. **Explorações por classes de área cultivada**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável o homem da



família, apesar de na maioria dos casos ser explorada por mulheres a trabalharem sozinhas ou com a ajuda das crianças da família. A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares.

5.5 Sector Agrário

5.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

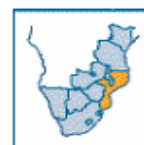
A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O arroz de sequeiro é a cultura produzida nas planícies aluvionares dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzidos em bacias de inundação preparadas para o efeito. Há ainda a referir a importância do coqueiro e do cajueiro no sistema de produção da zona costeira, quer como um produto que garante a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias rurais.

O sistema agro-silvícola do caju é talvez o mais representativo. A consociação mais importante do caju, compreende culturas como a mandioca e milho, seguindo o padrão tradicional de rotação e pousio de médio e longo prazo, dependendo bastante da idade dos cajueiros e sua produtividade. O coqueiro apresenta uma distribuição mais limitada para o interior. Praticamente toda a zona da mandioca fica dentro da zona do cajueiro.



Quadro 35. **Áreas lavradas e semeadas na 1ª época**

Culturas	Plano (2011)	Real (2010)	Real (2011)
Milho	6690	6582	6612
Mapira	1286	1247	684
Arroz	3500	3451	3568
Feijões	2297	2294	2266.2
Amendoim	510	53	160.35
Gergelim	60	49	67.85
Mandioca	22614	22487	23179.4
Total	36.957	36.163	36.537

Fonte: SDAE

Quadro 36. **Produção de Culturas do 2º Ciclo da Campanha 2010/2011**

Culturas	Plano (2011)	Ano	Real (2010)	Ano	Real (2011)	Ano
Milho	0		28,5		0	
Feij. Nhemba	0		15		0	
Cebola	4		4		4	
Tomate	10		2,8		4.5	
Couve	7		2,1		3.4	
Alface	10		2,8		6	
Repolho	7		4,8		5	
Pimento	2		0,5		0.9	
Cenoura	1		1		0.6	
Pepino	3		0,5		0.5	
Batata Reno	0		2		0	
Batata-doce	0		6		0	
Madjimbe	6		3,2		3	
Total	44		73,2		27	

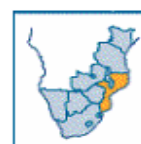
Fonte: SDAE

5.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infraestruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos



e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

O distrito possui 7 criadores de gado bovino do sector privado e 4 do sector familiar. A criação de pequenos ruminantes e aves é, maioritariamente, realizada pelo sector familiar, estando os criadores de gado bovino mais concentrados nas aldeias de Lusoma, Anga, Muengue, Bairro 30 de Junho, Bairro Unidade e Malindi.

Quadro 37. Efectivo pecuário

Indicador	Plano (2011)	Ano	Real (2010)	Ano	Real (2011)	Ano
Bovino	0		180		183	
Caprino	0		4685		6236	
Ovino	0		2150		2150	
Suíno	0		60		70	
Frangos	0		33420		20400	
Galinha de mato	0		438		348	
Patos	0		2237		2237	
Pombos	0		68		831	
Coelhos	0		412		68	
Caninos	0		1800		1900	
Gatos	0		412		1679	
Perus	0		0		6	
Total	0		45.500		36.108	

Fonte: SDAE

5.5.3 Recursos florestais

O Distrito é, também, rico em recursos florestais, existindo vários tipos de madeira de valor comercial, como Umbila, Pau-rosa, Pau-preto, Chanfuta, Metonha, Metil, Marroto, Tule, Mefuma e Messinge.

A cola é de fabrico artesanal, podendo ser produzida a partir de cal e óleo, ou então através



de material vegetal. Neste caso existem duas matérias-primas alternativas:

- usando-se a casca de árvore de ntulunganga, da qual se produz um pó que, misturado com óleo, produz uma massa pegajosa;
- usando-se farinha de mandioca seca, igualmente misturado com óleo, produz uma massa pegajosa.

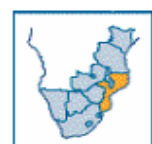
Uma vasta variedade de plantas são usadas para fins medicinais, construção de casas, barcos, utensílios, mobília e para lenha.

Espécies arbóreas têm usos múltiplos desde o doméstico - a *Olax dissitiflora* para a produção de "msiro"; a *Acácia albida* para a construção de barcos - "casquinhas"; A palmeira *Hyphaene natalensis*, cujas folhas servem para cobertura de tectos e, por fim, o imbondeiro - *Adansonia digitata* - cuja casca é usada para produzir fibras, o fruto para cozinhar e o tronco vazio para armazenar água. A fruteira *Ziziphus mucronata* ("cunadzi"), uma pequena árvore muito comum, providencia um fruto que é preservado depois de fervido em água e açúcar.

Parece ainda ocorrer a famosa árvore do pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*) mas a sua ocorrência tem-se tornado cada vez mais rara, em parte devido à procura desta madeira para fins de escultura. Também a *Olax dissitiflora* de onde se extrai o "msiro" tem-se tornado cada vez mais escassa.

Possíveis usos de alguns recursos florestais do Distrito:

- *Swartzia madagascariensis* - pode ser aplicado como repelente de insectos e como insecticida. As sementes esmagadas produzem um pó que pode ser cuidadosamente colocado em redor dos armazéns de cereais para afastar ataques de insectos. É usado para envenenamento de peixes em reservatórios pequenos como lagoas e charcos. A madeira é decorativa, durável e resistente à térmita.
- *Pseudolachnostylis maprouneifolia* (trVsoro) - Fumo das folhas usado no tratamento de pneumonia. Extracto da casca usado para tratar diarreias. Em certas regiões a árvore está ligada a práticas mágico-religiosas
- *Crossopterix febrífuga* (Tchenchere) - Cristais na parte interna da casca são usados em feitiçaria. Diferentes partes da árvore usadas para baixar



a febre (daí o nome da árvore). Madeira apropriada para construção, mobiliário e combustível

5.5.4 Fauna

A fauna original do Distrito foi sendo profundamente alterada por influência humana. A composição faunística original do Distrito deve merecer um reconhecimento próprio, inventários actualizados. Seja a fauna típica das florestas dunares costeiras, seja da savana aberta do interior, ambas foram sendo largamente perturbadas ao longo últimos anos. As razões fundamentais para a redução da população de animais Distrito são as seguintes: redução dos habitats terrestres naturais; expansão das áreas cultivadas; e abate não controlado.

Não existindo contagens nem levantamentos actualizados apenas é possível listar aqueles de provável ocorrência, em função de registos anteriores e da existência de habitats favoráveis:

■ Cudu (*Tragelaphus strepsiceros*)

A sua distribuição era mais ou menos dispersa, ocorrendo no limiar das zonas mais densamente arborizadas do Distrito. É bastante provável que ainda exista em matas mais cerradas.

■ Elande (*Taurotragus oryx*)

Raro, provavelmente já extinto. Há registo da sua ocorrência até há duas décadas em regiões menos arborizadas e com clima mais árido.

■ Mbabala (*Tragelaphus scriptus*)

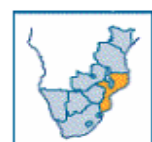
Deve ainda ocorrer em florestas costeiras e zonas de matagal denso do interior, dada a sua capacidade em conviver com a presença humana e a habilidade de se ocultar na mata.

■ Inhacoso (*Kobus ellipsiprymnus*)

Ocorre nas regiões pantanosas. Contudo, bastante vulnerável à actividade de caça. A continuar a existir reduz-se a pequenos grupos em regiões menos acessíveis.

■ Cabrito vermelho (*Cephalophus natalensis*)

Ocorre nas florestas costeiras mais intactas. Podem ser abundantes caso estas florestas



se mantenham inalteradas, oferecendo habitats propícios à sua reprodução.

■ Cabrito cinzento (*Sylvicapra grimmia*)

Distribuição mais generalizada que o cabrito vermelho. Ocupa um largo espectro e habitats sendo, assim, mais provável que populações deste antílope tenham sobrevivido.

■ Chango (*Redunca arundinum*)

Em Cabo Delgado, este antílope só existia nos Distritos costeiros. Sujeito à pressão da caça, no entanto, só deverão existir pequenos núcleos populacionais.

■ Suni (*Neotragus moschatatus*)

Provavelmente, ainda é comum nas florestas costeiras e nas matas densas do interior.

■ Pala-pala (*Hippotragus niger*)

Antes ocorria de forma dispersa e ocasional. Hoje, contudo, deve estar extinto.

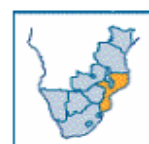
Devem ocorrer ainda porcos do mato e facoceros, os primeiros junto das zonas florestadas e os segundos em regiões mais abertas.

A população de carnívoros poderá ainda incluir leões, leopardos, civetas, genetas de malha larga, genetas de malha pequena, hienas e servais. Contudo, a distribuição destes animais deve estar circunscrita a reduzidos núcleos populacionais. Primatas como o macaco de cara preta (ocorrência assegurada) e o macaco simango (ocorrência restrita e pouco provável) devem ser assinalados, assim como as jagras, ou "bushbabies".

5.6 Pesca

A pesca é a principal actividade económica da população de Mocimboa da Praia, principalmente a que habita a zona litoral do Distrito. São utilizados quatro tipos principais de embarcações: Machua: o mais comum, assemelhando-se a um bote vulgar; Nchó: utilizado para o transporte de pessoas e mercadorias; Dau; e Linge: muito semelhante ao Machua, que é o menos utilizado. Para a pesca à escala familiar são também usadas chatas e canoas.

O peixe fresco destina-se à venda e ao consumo familiar. A principal zona de pesca é a de Milamba. O peixe seco destina-se a trocas por produtos alimentares (p.e. milho, mapira,



mandioca, arroz, feijão), principalmente com as populações do interior e do Distrito de Mueda. A secagem do peixe é feita nas ilhotas de Muchanga, Quifuque, Mutondo e Madambula.

Embora seja rico em recursos pesqueiros, a sua localização geográfica e o fraco desenvolvimento económico não permite que estes recursos beneficiem o Distrito. Assim, as embarcações que eventualmente exploram estes recursos não escalam o Distrito.

No desenvolvimento da pesca, principal actividade da população de Mocimboa da Praia, destaca-se o importante papel desempenhado pelos recursos florestais, uma vez que a madeira constitui um dos principais materiais usados na construção de barcos.

As principais madeiras usadas na construção de barcos são obtidas das seguintes espécies: ngabo; ntundu; nfindi; nototo; mpalanganga e umbila.

Na construção de barcos também é usado o algodão, que é inserido nas zonas de junção entre as madeiras, para evitar a entrada de água.

5.7 Animais marinhos

No que se refere aos animais marinhos, uma larga variedade de peixes caracteriza as regiões litorais e, em particular, as zonas estuarinas. A região litoral de Mocimboa era conhecida por albergar uma população relativamente considerável de dugongos, espécie de mamífero marinho em extinção. Igualmente, diferentes espécies de tartarugas marinhas ocorriam nas águas e desovavam nas praias do Distrito.

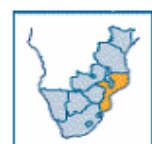
Ecossistemas, habitats ou espécies com estatuto especial de protecção

Não foram legalmente definidas áreas com estatuto especial de protecção no Distrito. Não existem reservas, parques ou outras zonas com categoria de conservação natural registadas juridicamente no território distrital. Contudo, ocorrem na região espécies de elevado valor biológico que são objecto de medidas internacionais de conservação.

O primeiro exemplo são os dugongos (*Dugong dugong*) mamífero marinho que se alimenta de ervas marinhas. O segundo exemplo são as tartarugas marinhas que ocorrem nas águas do Distrito e usam algumas praias para efeitos de desova. Todas estas tartarugas gigantes são tidas como animais em perigo de extinção e merecem protecção especial. Numa escala de 0 a 5 a probabilidade de ocorrência no Distrito de cada uma das espécies nas águas e na praia (para efeito de desova) é a seguinte:

■ Loggerhead - *Carretta caretta* - 3

Mocimboa da Praia



- Green turtle - *Chelonia mydas* - 4
- Hawksbill - *Eretmochelys imbricata* -5
- Ridley - *Lepidochelys olivacea* - 4
- Leatherback - *Dermochelys coriácea* - 1

Entre os mamíferos especialmente protegidos destaca-se o *Cercopithecus mitis* (macaco simango) que se acredita ocorrer ainda nas florestas que marginam os rios e riachos do distrito.

Embora os mangais não possuam estatuto oficial de habitat a ser protegido, são necessárias medidas de conservação para evitar o abate para além dos limites sustentáveis. Importa também referir a existência de corais que devem merecer atenção especial.

5.8 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

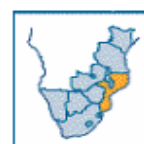
Durante o ano de 2011, o sector da indústria realizou o levantamento e registo das pequenas e médias indústrias existentes no Distrito, trabalho que abrangeu os postos de Mbau, Diaca e Sede, tendo sido contabilizadas 42 moageiras, 2 descascadeiras arroz, 3 serrações de madeira e 5 unidades salineiras, em pleno funcionamento.

O Distrito de Mocimboa da Praia oferece condições favoráveis ao desenvolvimento da actividade turística. Entre praias de grande beleza, possui ao largo da sua costa um número considerável de ilhas que, face ao seu estado natural, constitui atractivo para o turismo selectivo. Outrossim, a riqueza piscícola faz de Mocimboa um potencial Distrito para pesca desportiva.

O turismo no distrito tem revelado uma forte tendência de expansão, já que muitos investidores nacionais têm-se mostrado bastante interessados em desenvolver actividades turísticas na região.

Um dos principais problemas com que o sector se debate é o da falta de técnicos devidamente capacitados e qualificados.

Existe no distrito uma área de conservação para actividade turística em Mpanga, para além de 5 monumentos históricos (Heróis de Buji, Chama da Unidade, Casa Nalole, Ntende e Chingo-Mbaia).



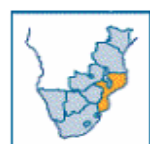
Existem no distrito 22 estabelecimentos turísticos e 25 casas de hóspedes, com um total de 64 quartos.

A sua situação geográfica com as vias rodoviárias em mau estado, associadas à inexistência de infraestruturas hoteleiras não convidam os habitantes dos Distritos e províncias vizinhos. Este facto faz com que os agentes económicos não sejam encorajados a investir no turismo. Está-se perante um ciclo, em que um factor inibe o seguinte e este por sua vez inibe o anterior.

Como foi anteriormente citado, um dos recursos naturais disponíveis e em franca exploração é a madeira.

O Distrito de Mocimboa da Praia conta com uma rede comercial que comporta 299 estabelecimentos, dos quais 11 Lojas, 224 Bancas, 64 barracas e 241 Agentes Informais, distribuídos por (3) três Postos Administrativos, nomeadamente: Posto de Diaca, Mbau e Sede.

O distrito conta com 3 instituições bancárias a saber: Millenium bim; Barclays; e BCI.



6 Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local

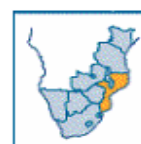
Este capítulo tem como base as conclusões do PEDD - Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.

6.1 Visão

“Mocimboa da Praia destino turístico de referência e pólo regional de desenvolvimento agroindustrial”

6.2 Problemas e Potencialidades

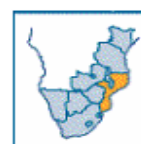
AREA	PROBLEMAS	POTENCIAL
ECONOMICA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escassez de fontes de financiamento de iniciativas locais; ▪ Deficiente rede comercial ▪ Fraco movimento associativo ▪ Deficiente sistema de conservação de pescado ▪ Numero reduzido de extensionistas ▪ Uso de técnicas tradicionais para a produção agrícola e pesca. ▪ Insuficiencia de insumos agrícolas ▪ Insuficiencia de um sistema de transporte para as áreas de produção agrícola; ▪ Fraco envolvimento das comunidades na fiscalização sobre uso dos recursos. ▪ Falta de mercado central para comercialização de produtos ▪ Centralização da gestão dos recursos financeiros. ▪ Sub - aproveitamento das infraestruturas existentes (porto, aeroporto,) ▪ Vias de acesso em mau estado de conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos florestais de elevado valor comercial ▪ Variedades de produtos pesqueiros; ▪ Praias exóticas e virgens, ▪ Estradas ▪ Extensas áreas férteis, ▪ Recursos hídricos em quantidades, ▪ Banco ▪ Telecomunicações (rede fixa e móvel) ▪ Porto e aeroporto ▪ Serviços públicos (alfandegários, Repartição de Finanças,) ▪ Finanças ▪ Existencia de mercados ▪ Instancias turísticas ▪ Recursos marítimos variados (peixe, camarão...) ▪ Vendedores informais em todos locais.
INFRA ESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Degradação das vias de acesso; ▪ Reduzido número de fontes de abastecimento de água potável; ▪ Sub - aproveitamento das infraestruturas existentes (porto, aeroporto,) ▪ Mau funcionamento da central eléctrica ▪ Deficiente escoamento das água pluviais nas zonas residencial; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Porto ▪ Aeroporto com dimensões para aterrar avioes comerciais de grande porte ▪ Estrada alcatroada que liga a cidade capital provincial ▪ Programa de extensão de energia de Cahora Bassa.



AREA	PROBLEMAS	POTENCIAL
SOCIO CULTURAL –	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevado numero de população analfabeta. ▪ Elevados índices de desemprego na população jovem; ▪ Mau atendimento de doentes nas unidades sanitárias ▪ Medicamento não eficazes as doenças ▪ Grávidas indesejadas das raparigas em idade escolar ▪ Elevado numero de alunos que desistem as aulas ▪ Insuficiência de professores com formação pedagógica; ▪ Poucas fontes de abastecimento de água potável ▪ Deficiente funcionamento do sistema de abastecimento de água a vila (restrições no fornecimento) ▪ Reduzido número de enfermeiros; ▪ Fraca cobertura da rede sanitária; ▪ Insuficiência de salas de aulas ▪ Falta de meios para evacuação de doentes graves, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de alívio a pobreza; ▪ Distribuição gratuita de medicamento ▪ Existencia de hospital rural ▪ Existencia de infraestruturas e serviços (porto, aeroporto, banco) ▪ Distribuição gratuita do material escolar. ▪ Existencia de uma escola secundária pré- universitária
GOVERNAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escassez de quadros qualificados; ▪ Degradação dos edifícios públicos. ▪ Mau atendimento das populações nas instituições públicas ▪ Insuficiência de meios de transporte para as autoridades comunitárias. ▪ Corrupção ▪ Burocratismo ▪ Atraso de salários dos funcionários públicos ▪ Falta de subsídios para estruturas de base ▪ Fraca capacitação de juizes comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação das instituições de Participação Comunitária; ▪ Quadro de reforma do sector público ▪ Programas de capacitação institucional. ▪ Existencia do comando da polícia ▪ Existencia dos órgãos Municipais ▪ Lei dos Órgãos Locais do Estado; ▪ Tribunais comunitários ▪ Policiamento comunitário
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Queimadas descontroladas ▪ Erosão dos solos nas principais zonas residenciais ▪ Abate indiscriminado de árvores; ▪ Fraca capacidade de controle sobre o uso e aproveitamento dos recursos florestais; ▪ Falta de meios para afugentar os animais bravios ▪ Invasão de animais bravios nas zonas residenciais; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Progama de reflorestamento ▪ Concessoes Florestais ▪ Rios ▪ Fauna bravia diversificada

6.3 Objectivos estratégicos

O Plano estratégico de desenvolvimento do Distrito de Mocimboa da Praia 2008- 2012 integra um conjunto de estratégias que o Governo do distrito com a participação da comunidade local, se propõe adoptar identificando-se os sectores, ou áreas e acções prioritárias, assentes no diagnóstico da situação socioeconómico do Distrito e na análise das principais potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento do distrito.



O Plano estratégico identificou quatro pilares importantes para suplantar os actuais desafios de alívio a pobreza que atinge a grande maioria da população do distrito:

- 1- Área económica
- 2- Área sociocultural
- 3- Governação
- 4- Área Municipal

6.3.1 Área de desenvolvimento económico

Objectivo Estratégico da área económica:

“Fortalecer um desenvolvimento económico abrangente, sustentável proporcionando infraestruturas socioeconómicas e estabelecer um ambiente de negócio favorável que contribua para o bem-estar das populações.”

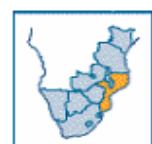
O desenvolvimento sustentável do distrito de Mocimboa da Praia, só pode se atingir os níveis desejados através do crescimento dos sectores produtivos, que preconiza no aumento da produção e produtividade no sector familiar de modo a reduzir as carências alimentares.

Neste contexto, os esforços para os cinco anos serão concentrados na criação de condições necessárias de modo a atingir um grau de desenvolvimento sustentável que contribua para a redução significativa da pobreza absoluta em particular para as camadas desfavorecidas, tendo em conta o impacto das questões transversais sobretudo HIV/SIDA.

Na área económica, serão priorizados os seguintes eixos de intervenção:

- Agro-pecuária
- Pesca artesanal
- Actividades turísticas

Agricultura é uma actividade preponderante do distrito de Mocimboa da Praia visto que a maioria da população depende desta actividade para sua sobrevivência e fonte de rendimento. Ao longo do quinquénio a que se refere este plano estratégico, o programa deste vector de desenvolvimento vai se orientar no apoio aos pequenos produtores familiares, em tecnologias para o aumento de produção e produtividade agrícola quer através de incentivar o prática e diversificação de culturas alimentares, quer através do promoção de culturas de rendimento.



O sector de pescas artesanal constitui outro segmento importante da área económica, dado que este distrito tem um privilégio de estar banhado por uma extensa costa marítima rica em recursos pesqueiros. As comunidades locais dedicam-se a ela para consumo e fonte de angariação de receitas, portanto é fundamental garantir uma exploração sustentável dos recursos, e potenciar os pequenos pescadores organizados em associações em todo o ciclo produtivo, incluindo a comercialização.

O distrito de Mocimboa da Praia dispõe-se de grandes potencialidades na área do turismo, dada sua localização costeira e disponibilidade de paradisíacas Ilhas do arquipélago das Quirimbas, Porto e Aeroporto que são condições atractivas para o desenvolvimento de actividades turísticas. Portanto propõe-se potenciar este vector com o envolvimento das comunidades locais e incentivar o empresariado local a tirar maiores benefícios resultantes do potencial turístico do distrito.

Uma vez identificados os principais vectores de desenvolvimento económico, eis o conjunto de objectivos específicos que o distrito se propõe alcançar nos próximos 5 anos:

6.3.2 Área sociocultural.

Objectivo Estratégico

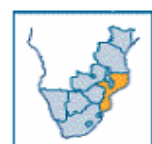
“Expandir o acesso dos serviços sociais e melhorar a prestação de serviços através do uso racional dos recursos disponíveis para alargar as oportunidades e qualidade de vida da grande maioria da população de Mocimboa da Praia”

O desenvolvimento de uma sociedade humana passa necessariamente por definição de acções para a expansão dos serviços sociais prestados aos cidadãos com qualidade, equidade de género e equilíbrio regional, dos quais o acesso à Educação, a cuidados primários de saúde, assistência aos grupos mais desfavorecidos e disponibilização de água potável e saneamento do meio.

a) Educação

No quadro da educação, durante os cinco anos, a estratégia global do desenvolvimento vai priorizar a expansão da rede da educação.

A Educação ocupa um lugar de mérito, pois actua directamente na criação e desenvolvimento das capacidades e habilidades humanas contribuindo de modo decisivo para o crescimento socioeconómico da população.



Nesta vertente, a base das acções do sector vão priorizar o envolvimento da mulher, pois ela tem uma particularidade no processo de desenvolvimento, na melhoria de vida de toda a sociedade, no campo de produção, redução da mortalidade infantil, prevenção de doenças na família e na comunidade com destaque HIV/SIDA, enfim igualdade de género no desenvolvimento.

Na área da cultura, constituirão como objectivos específicos, a valorização dos actos tradicionais locais, promoção da consciência patriótica, dos valores morais e cívicos.

Para área de Juventude e Desportos, os desafios concentram-se em apoiar as associações juvenis, espírito criativo de modo a integrar os jovens na vida activa da comunidade, promoção de desportos nas escolas, sensibilização dos jovens sobre seus valores na sociedade e no combate ao HIV/SIDA.

b) Saúde

Uma das principais estratégias do sector de saúde para os próximos cinco anos é a melhoria da qualidade dos serviços prestados a população, de modo a contribuir para redução dos impactos negativos das doenças. Para o desenvolvimento sustentável duma sociedade, constitui prioridade para garantir uma vida saudável da camada produtiva e não só, salvaguardar o bem – estar para as gerações vindouras.

Neste contexto, os esforços serão concentrados na melhoria das infraestruturas básicas das Unidades Sanitárias existentes, reforço da capacidade técnica, organização das Unidades Sanitárias, equipamentos, aumento da capacidade de diagnóstico e tratamento, abastecimento de água e combate as grandes epidemias em particular HIV/SIDA.

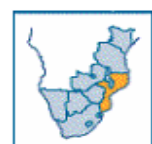
Assegurar a assistência e integração Social dos grupos populacionais vulneráveis e desfavorecidos é uma forma de garantir a sua participação activa no processo de desenvolvimento, reduzindo assim índices de extrema pobreza.

Eis um conjunto de objectivos específicos a serem alcançados nos próximos cinco anos na área social.

6.3.3 Governação

Objectivo Estratégico:

“Melhorar a governação local, através da consolidação do sistema participativo extensão e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos”.



A Governação é um dos elementos de extrema importância no processo de Desenvolvimento Distrital. Boa Governação significa bom funcionamento das Instituições do Estado, capacidade de aproximar os serviços aos cidadãos, a inclusão de formas participativas na administração pública e a valorização de instrumentos tradicionais de resolução de conflitos.

Constituem questões cruciais desta área as seguintes:

- Combate a corrupção;
- Assegurar a eficiência e responsabilidade dos agentes do Governo;
- Boa utilização do património do Estado;
- Cumprimento das leis das leis vigentes.

É de salientar que para o alcance a médio longo prazo dos objectivos estratégicos definidos para o pilar de governação, não se deve descurar a atenção especial pelas questões consideradas transversais, priorizando a capacitação do funcionário público nas diversas vertentes.

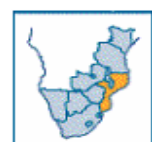
Abordar de forma integrada estes factores é crucial para o sucesso de toda a estratégia de desenvolvimento do Distrito. A não consideração destes assuntos transversais pode minar os objectivos do Plano Estratégico de desenvolvimento do Distrito de Mocimboa da Praia.

Deste modo foram identificados cinco assuntos transversais, nomeadamente:

- Género;
- HIV/SIDA;
- Segurança alimentar;
- Meio ambiente; e
- Calamidades.

No quadro de boa Governação, é fundamental melhorar o nível de acesso das mulheres aos serviços públicos bem como a sua participação activa na programação e implementação das acções para o desenvolvimento distrital, procurando cultivar o equilíbrio de tratamento entre homens e mulheres no processo de desenvolvimento distrital.

A mulher é um dos principais agentes da luta contra os principais males que afectam a sociedade tais como a pobreza, a pandemia do HIV/SIDA, daí a necessidade de dar maior



atenção a mulher jovem para reduzir a transmissão para as crianças.

Deve-se realçar que a mulher é o agente mais efectivo para a melhoria do bem-estar socioeconómico das comunidades, melhorando o seu estatuto, a mulher pode ser o investimento mais eficiente e efectivo a longo prazo.

No que se refere ao HIV/SIDA o pilar da Governação é necessário reduzir o seu impacto no seio da comunidade através de promoção de acções de combate e mitigação dos impactos deste mal que compromete o desenvolvimento da população não só de Mocimboa da Praia, mas do país em geral.

A questão de segurança alimentar requer que todas as pessoas tenham acesso físico e económico de recursos para aquisição de alimentos em quantidades e qualidade suficientes para auto-sustento.

Esta componente constitui elemento indispensável a vida das populações para satisfazer as suas necessidades alimentares e as suas preferências em relação aos alimentos.

No âmbito de governação deve garantir a qualidade, diversidade, sustentabilidade das práticas produtivas e ao respeito das culturas alimentares tradicionais.

Constituem grandes prioridades na área do meio ambiente, para a protecção dos recursos naturais e seu uso sustentável, saneamento do meio, ordenamento territorial, prevenção da degradação dos solos, controlo das queimadas descontroladas, através de capacitação institucional, sensibilização e educação das populações na matéria de gestão e conservação dos recursos naturais florestais e marinhos na zona costeira contribuindo assim para a prevenção e redução dos efeitos das calamidades naturais.

6.3.4 Área Municipal

A vila sede do Distrito de Mocimboa da Praia está municipalizada desde a criação dos Municípios a nível Nacional.

Porquê o desenvolvimento Municipal deve ser visto como algo estratégico para a crescimento rápido da economia do distrito e melhoria das condições sociais da população.

A área Municipal do distrito congrega cerca de 40% da população total do distrito, apesar desse número habitantes relativamente expressivo, grande parte da mesma, dependente economicamente da actividade agro – pecuária, praticadas nas áreas periféricas ou fora da jurisdição administrativa municipal. Portanto, os limites administrativos não representam obstáculos ao fluxo de bens e

Mocimboa da Praia

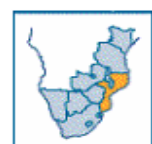


pessoas, antes porém há uma intrínseca dependência, entre a área urbana e periférica (rural).

Outro aspecto não menos importante é facto da vila de Mocimboa, estar dotada de uma rede de infraestruturas básicas e serviços públicos capazes de impulsionar o desenvolvimento na região norte, particularmente o porto, aeroporto, hospital rural, escola pré – universitária entre tantos outros.

Sendo assim, o potencial de que a vila dispõe pode representar igualmente um eixo que gere sinergias para o desenvolvimento das restantes regiões do interior do distrito, através de melhoria dos mecanismos de coordenação e de projectos de investimento, que por sinal devem representar a mesma visão e objectivo comum.

Neste contexto, durante os cinco anos, os esforços serão concentrados no melhoramento das infraestruturas de base na vila sede, vias de acesso, saneamento do meio através de limpezas nas ruas, drenagem e outras acções conducentes ao bem-estar da população e o desenvolvimento do Distrito no seu todo.



Referências documentais

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2010, *Governo Distrital*.
- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2011, *Governo Distrital*.
- CENACARTA - <http://www.cenacarta.com>
- Conta Geral do Estado 2011 e 2010 – *Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento*.
- District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 - Based on consumption adjusted for calorie underreporting - *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas*.
- Estrutura Tipo do Governo Distrital - Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril.
- Fichas estatísticas para o perfil distrital – *Serviços Distritais*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agropecuário, 2009-2010*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 2007*.
- Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares*.
- Ministério da Saúde, *Estatísticas da Saúde*.
- Perfil Distrital de 2005, *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local*.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital, *Governo Distrital* (Plano para cinco anos)

- Regulamento da Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2010, *Governo Distrital*.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *Governo Distrital*.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDAE*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDPI*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDSMAS*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDEJT*
- Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional (Outubro de 2010), *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas*.
- Revista de Marketing Territorial – *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural*.

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.



Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direcção Nacional de Administração Local

Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em <http://www.portaldogoverno.gov.mz>

Mocimboa da Praia

PÁGINA 76

